



# **Boletim do WRM**

Movimento Mundial pelas Florestas

**Nro. 230 – Abril / Maio 2017**

## **Comunidades em resistência contra o consumo devastador promovido pelas corporações**



### **NOSSA OPINIÃO**

- **Consumo corporativo: o que as empresas querem esconder com discursos de sustentabilidade** p. 2

### **COMUNIDADES EM RESISTÊNCIA CONTRA O CONSUMO DEVASTADOR PROMOVIDO PELAS CORPORações**

- **Água e celulose: A sede do Norte e a resistência no Sul** p. 4
- **Demanda fabricada: os fatores que impulsionam as políticas por trás do crescimento implacável do consumo de óleo de dendê** p. 8
- **Carne e mercados: forçando a entrada da carne industrializada em todos os lugares** p. 12
- **Lavando a extração ilegal: como a madeira tropical roubada por meio de concentração de terras chega à loja de móveis** p. 16
- **As plantações de dendê “verdes” são uma farsa: o caso da OLAM** p. 20
- **A luta cotidiana das mulheres quéchua de Sarayaku, no Equador** p. 26



- **A resistência dos Ngäbe e dos Buglé: mantendo as indústrias extrativas fora dos seus territórios** p. 30
- **Produção e Consumo de Alimentos: A Resistência contra a Dominação** p. 32
- **A mulher e o dendê tradicional: uma luta pela vida** p. 37

## ALERTAS DE AÇÃO

- **Salvemos a península Ampasindava, em Madagascar!** p.41
- **Detenham o modelo de mineração extrativista no Panamá!** p.41
- **O direito de resistir à concentração de terras!** p.42
- **Filipinas proíbem novas minas de metal a céu aberto** p.42
- **O projeto da Rio Tinto para a compensação da biodiversidade em Madagascar impõe severas restrições às comunidades locais** p.42
- **Noruega: eliminemos as plantações de eucalipto!** p.43

## RECOMENDADOS

- **Implicações socioambientais da construção do espaço turístico** p.44
- **O Avanço das Plantações Florestais sobre os Territórios dos Camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resources Moçambique** p.44
- **Portugal: O Processo de acesso à Terra e os direitos das comunidades locais** p.44
- **Um panorama dos investimentos de grande porte na região do Mekong** p.45

## NOSSA OPINIÃO



## Consumo corporativo: o que as empresas querem esconder com discursos de sustentabilidade



Já se sabe que o nível excessivo de consumo individual, resultante do sistema econômico capitalista, acarreta grande destruição de territórios, fontes de água, florestas e a subsistência de milhões de pessoas, principalmente no Sul Global. No imaginário de muitos, o consumismo das pessoas é o que alimenta essa grande destruição, mas, neste boletim, não nos concentramos nesse consumo individual, embora ele certamente seja importante. Questionamos o que há por trás dos processos de produção industrial. Buscando responder a essa pergunta, constatamos a existência de outro tipo de consumo, **macio e destrutivo: o consumo corporativo**. O próprio modelo econômico capitalista força esse consumo sistemático. Devido a seus impactos, as empresas procuram escondê-lo atrás de uma engrenagem de publicidade e relações públicas. O consumo empresarial ou industrial também mostra como o consumo é algo muito central para a acumulação de capital.

Assim, por exemplo, um artigo trata dos produtores e exportadores de celulose no estado brasileiro do Espírito Santo que, além de estabelecer milhões de hectares de plantações de monoculturas de eucaliptos em florestas e territórios comunitários, **apoderam-se da água** de toda a região para abastecer suas fábricas e as indústrias associadas a elas, causando graves impactos sociais e ambientais. Dois outros artigos do boletim nos advertem sobre como as **políticas públicas também podem facilitar a dominação do consumo empresarial**. Um deles aborda a indústria de produção de carne, uma importante causa de **desmatamento e concentração de terras** que tem influenciado políticas de subsídios e acordos comerciais para seu próprio benefício, propiciando o aumento do consumo de carne em todo o mundo. O outro destaca a política de agrocombustíveis da União Europeia como um fator de estímulo ao consumo de óleo de dendê (palma) na região, causando a **destruição de florestas tropicais** em um ritmo alarmante.

Diante do consumo empresarial desenfreado e da destruição associada a ele, as comunidades afetadas, junto a redes internacionais, têm exposto e denunciado publicamente a situação, além de divulgar suas lutas de resistência. Já que a má publicidade pode interferir nas vendas e afastar investidores e financiadores, as empresas e seus aliados foram obrigados a reagir.

Hoje em dia, as empresas mais destrutivas, de mãos dadas com grandes ONGs conservacionistas, podem obter “selos verdes” ou financiar projetos de “compensação” que, em teoria, suprem a biodiversidade perdida ou neutralizam a poluição emitida. As empresas gastam trilhões de dólares em campanhas publicitárias, relações públicas e atividades de *lobby* a cada ano, e a estratégia da moda é vender a ideia de que a produção e o consumo industrial são “sustentáveis” ou “verdes”.

Nesse sentido, um artigo sobre a empresa de dendê Olam International descreve, entre outras coisas, como **os processos de certificação, na verdade, beneficiam as empresas** e reforçam um modelo baseado no consumo constante. Outro artigo sobre o tráfico ilegal de madeira em Papua-Nova Guiné enfatiza que, apesar das políticas de regulação existentes, a madeira ilegal – que submete os povos da floresta à criminalização e à expropriação – consegue entrar nos mercados de Estados Unidos, Japão ou União Europeia.



Diante dessa tendência a vender poluidores como empresas “verdes”, os povos continuam impondo uma forte resistência. Neste boletim, apresentamos quatro exemplos de resistência que dão visibilidade e denunciam a destruição causada pelos processos de produção e consumo industrial. Os povos indígenas Ngäbe-Buglé, do Panamá, que conseguiram **proibir toda a atividade mineradora e hidrelétrica** em seus territórios; o povo indígena Sarayaku, na região amazônica do Equador, que luta **contra a exploração de petróleo** em suas florestas há mais de 15 anos, principalmente as mulheres; a luta constante do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil, que afirma que **“produzir, comercializar e consumir alimentos saudáveis é um ato político de profundo enfrentamento à ordem**, um enfrentamento direto à lógica agroalimentar impulsionada pelo capitalismo”; e a **crescente organização das mulheres** em Camarões, contra a monocultura do dendê e as consequências devastadoras dessa atividade, principalmente para elas próprias.

A lógica da economia capitalista está baseada na contínua acumulação de riqueza por uns poucos, que também implica a produção e o consumo contínuos. As novas estratégias para atribuir “selos verdes” ou discursos de sustentabilidade às empresas apenas aprofundam o modelo extrativista, convencendo os consumidores de que a destruição está sendo “compensada” ou que um projeto destrutivo pode ser “sustentável” de alguma forma.

Uma maneira de oferecer a nossa solidariedade às muitas resistências locais é fazer um enfrentamento direto ao modelo econômico capitalista, rejeitando, denunciando e expondo as várias estratégias empresariais que tentam esconder um sistema de extração, poluição e destruição constantes.

Boa leitura!

## **COMUNIDADES EM RESISTÊNCIA CONTRA O CONSUMO DEVASTADOR PROMOVIDO PELAS CORPORAÇÕES**



### **Água e celulose: a sede do Norte e a resistência no Sul**



Há cerca de 50 anos, substituindo a Mata Atlântica original, foram introduzidos os primeiros plantios químicos de eucalipto de rápido crescimento da Aracruz Celulose, hoje chamada Fibria, no Norte do Espírito Santo, Brasil (1). Faz 40 anos, sobre a principal aldeia indígena tupiniquim (Macacos), se instalava o complexo industrial celulósico da atual Fibria, em Barra do Riacho, distrito de Aracruz. Hoje, 2017, a seca assola os povos e famílias resistentes, e a contaminação atua como arma política de expropriação de seus territórios.

Para toda a sociedade regional, o acesso a água é um enorme sacrifício e desafio. O racionamento é constante. A qualidade, sempre contestada pelos habitantes da região; sejam elas dos territórios indígenas, de outros tradicionais como quilombolas, ribeirinhos, camponeses, pescadores; sejam elas da vizinhança dos distritos periurbanos, com suas instalações industriais e portuárias.

Dependente, em sua instabilidade estrutural, dos malabarismos da agroquímica, a monocultura do eucalipto em larga escala promove medo e a desconfiança na população que vive em seu entorno. Para segurança própria, quando podem, evitam beber a água de suas cacimbas e córregos sobreviventes à seca. Testemunham a execução de planos de manejo com uso intenso e cotidiano de herbicidas, inseticidas, fungicidas e fertilizantes, e a contaminação de trabalhadores terceirizados e animais. Nos distritos industriais, a produção-exportação de celulose requisita a água de toda a vizinhança, para abastecer as 3 fábricas e suas indústrias associadas (cloro, peróxido, etc.), em quantidade equivalente ao consumo de toda a região metropolitana da capital Vitória (1,9 milhões de habitantes/IBGE, 2016).

Nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, desde o final dos anos 1960, a monocultura de eucalipto que ocupa grande parte destes municípios e o complexo industrial-portuário da celulose submetem rios e córregos, nascentes, lagoas e mar aos padrões da sede de consumo do Norte. No Espírito Santo se evidenciam seus trágicos resultados e efeitos: a crescente aridez do clima, o esgotamento e contaminação da água, a sede da natureza e das pessoas. Embora aumentem as exportações para EUA e China, o mercado de consumo europeu continua central para o lucro da Fibria Celulose, e para financiar sua guerra por água.

No Norte predomina outro tipo de sede e contaminação, de caráter existencial. Trata-se da manipulação, escravização e uniformização dos desejos, sedentos por mais papéis sanitários e embalagens, esses invólucros dos objetos de consumo, onde, por exemplo, se pode fixar o selo verde do FSC e seu *greenwashing* – lavagem verde - (2). No Norte, desenvolvendo e disciplinando os territórios mentais a níveis de consumo estratosféricos, a chamada Economia Verde apresenta seus subterfúgios para o longo tédio e nihilismo do velho mundo. Creem que a água sempre estará disposta nas embalagens *pet one-way*, ou seja, descartável.

Já neste Sul tropical, ao contrário. A resistência descrê do desenvolvimento como caminho para o bem viver; e vive plena de querer: quer rever e reinventar o destino histórico, quer criar e experimentar tecnologias de transição pós-eucalipto, quer denunciar as violações a direitos humanos e à natureza, quer proteger e cuidar da água e da vida, pois não pode passar ao largo do próprio e injusto planeta compartilhado com o



Norte. Uma contracultura anticapitalista se agarra à proteção das águas e do clima, ameaçada pelos acordos internacionais, corporações financeiras, econômicas, tecnológicas, e pelas políticas de desenvolvimento do modo de ser europeu. Definitivamente não é para os povos do Sul que se constrói a Economia Verde.

É o caso, por exemplo, nos territórios quilombolas do Sapê do Norte do Espírito Santo. Envoltas por vastos maciços de eucaliptais e perfuradas para exploração de petróleo e gás, as 33 comunidades quilombolas experimentam o desaparecimento e contaminação de seus córregos e nascentes, de suas matas e sementes, caças e pescado. Em 2015, enquanto o Estado decretava situação de calamidade pública, devido a meses sem chuva e à crise hídrica generalizada, as empreiteiras terceirizadas da Fibria, (como a Plantar, Emflora, entre outras) sacavam a pouca água restante do Rio São Domingos, com dezenas de caminhões-tanque de agroquímicos, para regar seus plantios recentes de eucalipto. Enquanto isso, no quilombo de Linharinho, os que dependiam da água do rio, não podiam regar suas roças, seus micro-sistemas agroflorestais, que garantem alimento, renda e protegem a mata ciliar do rio, contra a invasão criminosa do eucaliptal. Durante a seca de 2015, na família de Sapezeiro e Joice, da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, não havia água sequer para lavar as roupas das crianças, para banho e nem para os animais, conforme denunciaram em audiência do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar), diante do Governo de Estado e do Ministério Público Federal.

Na comunidade quilombola de Angelim do Meio, às margens do Rio Angelim, em Conceição da Barra, desde a chegada dos eucaliptais e dos canaviais que a rodeiam, o acesso à água do rio se tornou impraticável. Isso aconteceu tamanha a contaminação por agroquímicos e ainda por constantes derrames de efluentes das indústrias de álcool e açúcar que se instalaram no extremo Norte do Espírito Santo. Denunciada desde 2014 em relatórios de violação de direito humano à alimentação adequada, junto ao CONSEA, em Brasília e no Espírito Santo, a situação em Angelim do Meio continua grave, em 2017. Um crime social e ambiental ainda sem reparação a contento pois, embora tenham conquistado uma caixa de armazenamento de água, a comunidade ainda é dependente do abastecimento de caminhão-pipa, seja da prefeitura, seja das empresas de eucalipto ou cana de açúcar.

Nas comunidades ribeirinhas e de pesca artesanal em Linhares, a convivência com a seca e a contaminação se repete. O próprio Rio Doce, principal bacia fluvial do Espírito Santo, em sua foz, entre os distritos de Regência e Povoação, já não conseguia desaguar no Atlântico, pouco antes do maior crime ambiental da história do Brasil, quando a mineradora Samarco (propriedade da BHP e da Vale) derramou 40 milhões de litros de lama tóxica sobre seu leito, no final de 2015. Novo estado de calamidade pública. Desde 2016, centenas de ribeirinhos, pescadoras artesanais, camponeses e trabalhadores rurais sem terra são obrigados a se deslocarem para outras regiões da vizinhança, menos contaminadas, onde ocupam áreas em litígios com a Fibria e com a Petrobras. O Estado, as grandes empresas, a mídia local, a unidade de conservação os criminaliza. Logo eles, que nem sequer receberam as reparações necessárias pelos sucessivos crimes ambientais, da Samarco, da Fibria e da Petrobras!

Ainda em 2002, quando a Fibria inaugura sua terceira fábrica de celulose, no distrito de Barra do Riacho, em Aracruz, a empresa já percebia o colapso hídrico da região. Percebia também que devido a sua demanda expansiva deveria buscar água ainda mais



distante de sua planta industrial. Construído e inaugurado às pressas, em licenciamento ambiental dos mais suspeitos, sob forte crítica de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, advogados, técnicos e pesquisadores acadêmicos, o Canal Caboclo Bernardo começava a trazer para a empresa as águas do Rio Doce, interligando micro-bacias à sua reserva hídrica-industrial. Nessa época, a empresa e os governantes justificavam o canal com a finalidade de abastecer os moradores de Barra do Riacho e Vila do Riacho, distritos localizados nas imediações das fábricas e do porto de celulose. Pura farsa! Quinze anos depois, nos mesmos distritos, o racionamento de água é constante e a água salinizada e contaminada do Canal não pode ser usada para o abastecimento da população. Mesmo para as fábricas de celulose, a água contaminada do Rio Doce não pode ser usada, sem antes aplicar um coquetel químico que a adequa aos padrões do maquinário, conforme informações de trabalhadores do próprio complexo industrial. Ribeirinhos, pescadores, sem terras e lideranças de Barra e Vila do Riacho também testemunharam mortandade de peixes no Canal Caboclo Bernardo, no ano de 2016.

Buscando adaptar-se ao colapso hídrico do Estado, em detrimento da água que poderia abastecer a população, a empresa inicia a construção de mega poços artesianos, de grande profundidade e diâmetro, dentro de sua própria planta industrial. Lideranças indígenas da aldeia tupiniquim de Pau Brasil, moradores e pescadores de Barra do Riacho temem o agravamento da seca em seus rios e córregos.

O monopólio da água pelo complexo agroindustrial da celulose tem provocado sérios impactos sociais e ambientais em toda a região Norte do Espírito Santo. Para conter um vasto entorno rebelado, a empresa contrata empresas terceirizadas de segurança patrimonial, acirrando ainda mais os conflitos. Sua política de responsabilidade social alterna entre a violenta ameaça de despejo e a manipulação de conflitos intercomunitários e mesmo dentro de uma mesma comunidade. Atualizando a maldição ecológica da Aracruz Celulose, a atual Fibria confirma a previsão do naturalista Augusto Ruschi, que ainda nos anos 1960/70 cunhou o termo “deserto verde” para se referir ao eucaliptal.

Enquanto o Norte segue seu consumo desenfreado de papel, por todo o Espírito Santo os povos experimentam estratégias de resistência, de defesa de seus territórios e proteção da água. Retomam territórios tradicionais, reconvertem talhões de eucalipto para a agroecologia dos alimentos, retomam matas ciliares invadidas pela monocultura e implantam sistemas agro-florestais, monitoram e denunciam violações de direitos humanos e da natureza, aprendem tecnologias de melhor convívio com a seca, enfrentam a violência das polícias privada e militar, levantam acampamento. Sobreviveram aos primeiros 50 anos. Estarão por perto, depois que a empresa fechar sua primeira fábrica, por falta de água.

**Marcelo Calazans**, *marcelo.fase [at] gmail.com*  
Sociólogo e educador da FASE Espírito Santo, Brasil

(1) Veja mais informação sobre a resistência a Aracruz Celulose / Fibria, em:

<http://wrm.org.uy/pt/?s=Fibria+Aracruz>

(2) Veja mais informação sobre os modelos de certificação de monoculturas em:

<http://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/plantacoes-de-arvores/certificacao/>



## **Demanda fabricada: os fatores que impulsionam as políticas por trás do crescimento implacável do consumo de óleo de dendê**

Na Indonésia, maior produtor mundial de óleo de dendê, as plantações de dendezeiros aumentaram dez vezes entre 1985 e 2005/06, chegando a 6,4 milhões de hectares. Desde então, essa área duplicou para 13,5 milhões e cresce meio milhão de hectares por ano. Em termos mundiais, as plantações de dendezeiros cobrem hoje uma área maior do que a da Nova Zelândia [1], e grandes expansões estão acontecendo nos trópicos, em países como Filipinas, Camarões, República Democrática do Congo, República do Congo, Peru, Colômbia, Equador, Brasil, Honduras Guatemala.

O azeite de dendê é o óleo vegetal mais barato comercializado no mundo [2], e isso fez com que a demanda não fosse atingida por aumentos ou quedas nos preços, ao contrário do que acontece com os pequenos produtores, cujos meios de vida podem ser destruídos quando os preços caem. Empresas de plantação e comerciantes estão confiantes de que o consumo global de óleo de dendê vai continuar crescendo sem restrições, e não há razão para duvidar deles. No entanto, a indústria desse óleo não está simplesmente respondendo a uma demanda crescente por seus produtos; ela própria ajudou a fabricar o crescimento interminável da demanda, em estreita colaboração com governos e outros atores políticos.

A recente taxa recorde de expansão do dendê está relacionada à imensa expansão do uso de agrocombustíveis na União Europeia, cujas políticas para o setor têm sido responsabilizadas – com razão – por alimentar a explosão destrutiva na produção de óleo de dendê nos trópicos. Contudo, os mecanismos pelos quais os agrocombustíveis estão impulsionando o crescimento das plantações de dendezeiros são complexos. Seu impacto também é complementado pelas políticas nacionais de agrocombustíveis, principalmente na Indonésia, e pelas políticas permanentes em favor do “livre comércio” e do agronegócio, que destroem a soberania alimentar na Índia, na China e em outros lugares.

Em primeiro lugar, analisemos o papel das políticas da União Europeia para os agrocombustíveis: a UE tem sido líder mundial na produção de agrodiesel, que é feito principalmente a partir de óleos vegetais. Em 1997, o bloco produziu cerca de 475 mil toneladas de agrodiesel, a maior parte a partir de óleo de canola feito na Alemanha. Até



2010, a produção de agrodiesel da UE aumentou para 9,5 milhões de toneladas e, em 2016, para cerca de 13,7 milhões de toneladas [3]. Esse crescimento pode ser atribuído exclusivamente a subsídios, incluindo metas. A primeira meta não obrigatória para agrocombustíveis foi introduzida em 2003; em 2005, foi adotado um Plano de Ação para a Biomassa e, em 2009, a UE aprovou a Diretiva sobre Energias Renováveis, que estabeleceu uma meta de 10% para os agrocombustíveis até 2020, bem como uma meta global de 20% para energias renováveis, da qual dois terços foram atingidos até agora com base na agroenergia, que inclui madeira, além de agrocombustíveis, como os produzidos a partir de óleo de dendê. Sem metas obrigatórias e subsídios, o mercado de agrocombustíveis da União Europeia entraria em colapso.

As políticas da UE em matéria de agrocombustíveis foram o resultado de um *lobby* articulado por parte de grupos de interesses convergentes, desde grandes produtores rurais europeus até fabricantes de automóveis (que usaram os agrocombustíveis como meio de evitar padrões mais estritos de eficiência automobilística), empresas petrolíferas que investem em agrocombustíveis e o agronegócio.

Entre 2000 e 2006, as importações de óleo de dendê da UE dobraram, por duas razões: a primeira e principal foi a de que a União queimava tanto óleo de canola como agrodiesel que passou de exportadora a importadora desse óleo vegetal, em termos de resultado líquido. Como consequência, a indústria de alimentos substituiu o dendê por óleo de canola. O óleo de dendê representava um insignificante 1% do agrodiesel da UE em 2006 [5]. Embora fosse mais barato do que outros óleos vegetais, não era uma matéria-prima muito usada para o agrodiesel porque o óleo de dendê e o agrodiesel feito dele se solidificam às temperaturas do inverno europeu, o que é um problema para motores de carros. Em segundo lugar, o óleo de dendê estava se tornando uma fonte muito usada de calor e eletricidade “renováveis”. Em 2007, a Alemanha queimou 57% das suas importações desse óleo, quase um milhão de toneladas, em usinas de produção combinada de calor e eletricidade [6], e grandes quantidades foram queimadas conjuntamente (*co-firing*) em centrais elétricas holandesas. Após um aumento nos preços do óleo de dendê em 2008 e reformas nos subsídios conquistadas por campanhas de ONGs e ativistas, esse mercado específico de óleo de dendê desabou em ambos os países.

A partir de 2015, cerca de 650 mil toneladas de óleo de dendê ainda estavam sendo queimadas em usinas geradoras de calor e eletricidade [7], a maioria das quais provavelmente na Itália, mas muito mais está sendo usado no transporte de biocombustíveis. No mesmo ano, 3,35 milhões de toneladas de óleo de dendê foram usadas em automóveis, e um total de 54% (4 milhões de toneladas) de todas as importações do produto pela União Europeia se destinaram aos agrocombustíveis, incluindo calor e eletricidade. Esses números são evidências conclusivas de que os padrões de sustentabilidade da União para agrocombustíveis não tiveram qualquer efeito sobre a origem dos agrocombustíveis nem sobre o desmatamento resultante do óleo de dendê: quase tudo veio do Sudeste Asiático, onde esse óleo foi a maior causa da destruição acelerada da floresta tropical e das emissões provenientes da drenagem e da queima de turfeiras, principalmente na Indonésia. Ao mesmo tempo, como mostram as tendências anteriores, não faz qualquer diferença visível se a UE queima óleo de dendê ou de canola nos carros: ambos causam a expansão do dendê, direta ou indiretamente.



Uma das principais razões para o uso cada vez maior de óleo de dendê junto aos produtores de agrocombustíveis da União Europeia é o “progresso técnico”. Em 2007, a petrolífera finlandesa Neste Oil abriu a primeira refinaria do mundo que produzia um novo tipo de agrocombustível a partir das mesmas matérias-primas do agrodiesel: o Óleo Vegetal Hidrotratado (HVO, na sigla em inglês). O HVO é processado em refinarias de petróleo e o diesel HVO pode ser usado de forma intercambiável com o diesel produzido a partir de combustíveis fósseis, e resolve o problema do congelamento do óleo de dendê no inverno. Em 2011, a Neste Oil havia aberto três grandes refinarias de HVO que usavam principalmente óleo de dendê. Desde então, a empresa afirma ter transferido a maior parte da sua produção de HVO de óleo de dendê bruto para “lixo e resíduos”. No entanto, uma parte não divulgada dos seus “resíduos” é, na verdade, produzida diretamente a partir do Óleo de Dendê Bruto, que vários países, incluindo a Suécia e a Alemanha, classificam corretamente como óleo de dendê virgem [8]. Pelo menos três outras empresas petrolíferas europeias – Eni, Repsol e Total – estão aumentando a produção de HVO a partir de óleo de dendê. A Galp Energia, proprietária de plantações de dendezeiros no Brasil, também está construindo estruturas para o refino do HVO. Um fato preocupante é que o HVO é a única tecnologia comercialmente viável para agrocombustíveis da aviação [9]. Portanto, a pressão atual da indústria aeronáutica e da agência especializada da ONU por agrocombustíveis de aviação poderia criar mais um mercado para o óleo de dendê, embora, até agora, as companhias aéreas tenham tido o cuidado de evitar o óleo de dendê por receio da má publicidade.

Em teoria, a demanda da Europa por óleo vegetal virgem para a produção de agrocombustíveis deve acabar se estabilizando ou mesmo diminuindo: em 2015, a União Europeia concordou em limitar a contribuição dos agrocombustíveis produzidos a partir de matérias-primas cultivadas na terra a 7% de todos os combustíveis para transporte. Isso ainda é consideravelmente maior do que o consumo atual de agrocombustíveis, mas a Comissão Europeia propôs reduzir gradualmente o limite para 3,5% até 2030, mesmo sabendo que as empresas de agrocombustíveis e, sem dúvida, a indústria do óleo de dendê farão um *lobby* pesado contra isso [10].

Em 2016, a União Europeia foi ultrapassada pela primeira vez como maior usuária de agrocombustíveis de dendê do mundo – pela Indonésia. Graças a um subsídio ao agrodiesel introduzido em 2015, a Indonésia usou 6,3 milhões de toneladas de óleo de dendê em automóveis [12]. Assim, a Indonésia e a UE, juntas, estão queimando cerca de 10,2 milhões de toneladas de óleo de dendê em biocombustíveis por ano, e alguns outros países, como a Malásia [13], começaram a usar quantidades muito menores. No total, cerca de 15% da produção anual de óleo de dendê do mundo, de 71,44 milhões de toneladas, são queimadas como combustível [14].

As plantações de dendezeiros raramente são estabelecidas para um uso final específico [15]; elas são atraentes para os grandes investidores porque oferecem muitos mercados e usos intercambiáveis, tanto para o óleo de dendê propriamente dito (usado para alimentos, sabão, produtos oleoquímicos e cosméticos, bem como combustível) quanto para seus subprodutos (usados como combustíveis ou para ração animal).

Os agrocombustíveis representam a demanda por óleo vegetal que mais cresce em todo o mundo [16], mas a grande maioria deles, incluindo o óleo de dendê, ainda visa os mercados de alimentos, com um terço de toda a produção mundial indo para a Índia, a China e o Paquistão. As importações de óleos vegetais da Índia subiram de 100 mil



toneladas por ano em meados da década de 1990 para 15 milhões de toneladas, e até dois terços disso são óleo de dendê [17]. Esse foi o resultado direto da adesão da Índia à OMC e da “liberalização” de seu mercado de óleos comestíveis em meados da década de 1990, e de acordos de livre comércio, principalmente o acordo ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático)-Índia, que entrou em vigor em 2003. Sob pressão, inicialmente do Banco Mundial e depois de países da ASEAN onde há *lobbies* fortes em favor do óleo de dendê, a Índia aboliu todas as proteções para os milhões de pequenos agricultores cuja subsistência dependia do cultivo de uma variedade de plantas para a produção doméstica de óleo vegetal, ao mesmo tempo em que os comerciantes de dendê e soja estavam prontos para inundar o mercado indiano com óleos baratos [18]. A origem das importações chinesas de óleo de dendê também pode ser encontrada no momento em que o país aderiu à OMC e posteriormente assinou um acordo de livre comércio com a ASEAN. A Malaysian Palm Oil Board creditou ao acordo com a ASEAN um aumento de 34% nas importações de óleo de dendê entre 2005 e 2010 e ao acordo de livre comércio do Paquistão com a Malásia, a duplicação das importações paquistanesas de óleo de dendê de 2007 a 2010 [19]. Desdobramentos semelhantes ocorrem em outros países do Sul global, com a soberania alimentar, incluindo os óleos comestíveis, sendo sistematicamente destruída através de políticas comerciais que favorecem os interesses do agronegócio, como os da indústria de óleo de dendê.

Ainda não há um estudo abrangente sobre o papel da indústria de óleo de dendê no *lobby* envolvido na definição das muitas políticas diferentes em todo o mundo que, em conjunto, facilitaram o crescimento vasto e aparentemente interminável do consumo do produto. Essa análise certamente seria muito útil.

Almuth Ernsting, *almuthbernstinguk [at] yahoo.co.uk*  
Biofuel Watch UK, <http://www.biofuelwatch.org.uk/>

[1] Estimado em 27 milhões de hectares. Veja o relatório Green Gold Biodiesel by Watch Indonesia!, [biofuelwatch.org.uk/2007/green-gold-biodiesel-players-in-indonesia/](http://biofuelwatch.org.uk/2007/green-gold-biodiesel-players-in-indonesia/) e o documento “Sustainable Disaster” [burness.com/wp-content/uploads/2016/04/Indonesia-Palm-Oil-Brief.pdf](http://burness.com/wp-content/uploads/2016/04/Indonesia-Palm-Oil-Brief.pdf)

[2] O preço do óleo de dendê foi reduzido em poucas ocasiões pelo óleo de soja dos Estados Unidos, mas não pelo óleo de soja em geral:  
[apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf](http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf)

[3] Veja o relatório *A Foreseeable Disaster*, em [tni.org/files/download/hotl-agrofuels.pdf](http://tni.org/files/download/hotl-agrofuels.pdf) e um relatório da GAIN, de 2016, sobre a UE, em [gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Biofuels%20Annual\\_The%20Hague\\_EU-28\\_6-29-2016.pdf](http://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Biofuels%20Annual_The%20Hague_EU-28_6-29-2016.pdf). Observe que os números de 2013 e 2016 também incluem o HVO.

[5] FAO, 2006, Biofuels and Commodity Markets – Palm Oil Focus, [s3.amazonaws.com/zanran\\_storage/www.rlc.fao.org/ContentPages/15778750.pdf](http://s3.amazonaws.com/zanran_storage/www.rlc.fao.org/ContentPages/15778750.pdf)

[6] Rettet den Regenwald e.V.. 2010, EEG Motor der Regenwaldzerstörung, [regenwald.org/files/de/PM-RdR-Palmoel-BHKW-21-1-10.pdf](http://regenwald.org/files/de/PM-RdR-Palmoel-BHKW-21-1-10.pdf)

[7] Transport and Environment, 2016, *Europe keeps burning more palm oil in its diesel cars and trucks*.  
[transportenvironment.org/sites/te/files/2016\\_11\\_Briefing\\_Palm\\_oil\\_use\\_continues\\_to\\_grow.pdf](http://transportenvironment.org/sites/te/files/2016_11_Briefing_Palm_oil_use_continues_to_grow.pdf)



- [8] Veja o relatório *Palm Fatty Acid Distillate in biofuels*, [blogg.zero.no/wp-content/uploads/2016/03/Palm-Fatty-Acid-Distillate-in-biofuels.-ZERO-and-Rainforest-Foundation-Norway.pdf](http://blogg.zero.no/wp-content/uploads/2016/03/Palm-Fatty-Acid-Distillate-in-biofuels.-ZERO-and-Rainforest-Foundation-Norway.pdf) (desde então, a Noruega adotou a definição da Suécia).
- [9] Veja *The high-flown fantasy of aviation biofuels*, [thebiomassmonitor.org/2016/09/05/opinion-the-high-flown-fantasy-of-aviation-biofuels/](http://thebiomassmonitor.org/2016/09/05/opinion-the-high-flown-fantasy-of-aviation-biofuels/)
- [10] Política e legislação sobre agrocombustíveis, [biofuelstp.eu/biofuels-legislation.html](http://biofuelstp.eu/biofuels-legislation.html), e legislação da União Europeia, [eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=consil:ST\\_15120\\_2016\\_INIT](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=consil:ST_15120_2016_INIT)
- [11] Relatório HLPE, volatilidade dos preços e segurança alimentar [fao.org/fileadmin/user\\_upload/hlpe/hlpe\\_documents/HLPE-price-volatility-and-food-security-report-July-2011.pdf](http://fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE-price-volatility-and-food-security-report-July-2011.pdf)
- [12] Reuters, a demanda por óleo de dendê do setor de agrodiesel da Indonésia aumentará em 2020, 2016, [reuters.com/article/palmoil-outlook-biodiesel-idUSL4N1DQ1DI](http://reuters.com/article/palmoil-outlook-biodiesel-idUSL4N1DQ1DI)
- [13] Veja um relatório da GAIN de 2016 sobre a Malásia, [gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Biofuels%20Annual\\_Kuala%20Lumpur\\_Malaysia\\_7-27-2016.pdf](http://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Biofuels%20Annual_Kuala%20Lumpur_Malaysia_7-27-2016.pdf)
- [14] USDA, *Oilseeds: World Markets and Trade*, [apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf](http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf) (observe que essa cifra de 2016/17 inclui óleo de dendê bruto e óleo de palmiste).
- [15] Ver relatório *A Foreseeable Disaster*, [tni.org/files/download/hotl-agrofuels.pdf](http://tni.org/files/download/hotl-agrofuels.pdf)
- [16] Markets and Markets, 2017, *Global Vegetable Oil Market*, <http://www.marketsandmarkets.com/PressReleases/oil.asp>
- [17] Index Mundi [indexmundi.com/agriculture/?commodity=palm-oil&graph=imports](http://indexmundi.com/agriculture/?commodity=palm-oil&graph=imports), AND Business Line, 2017, *Vegetable oil imports projected at 150 lakh tonnes in 2016-17*, [thehindubusinessline.com/economy/agri-business/oil/article9349762.ece](http://thehindubusinessline.com/economy/agri-business/oil/article9349762.ece)
- [18] Veja o impacto da liberalização comercial no setor do óleo comestível na Índia [siccfm.blogspot.co.uk/2012/01/trade-liberalization-and-impact-on.html](http://siccfm.blogspot.co.uk/2012/01/trade-liberalization-and-impact-on.html)
- [19] GRAIN, *Cheap Oil*, [grain.org/article/entries/5040-cheap-oil](http://grain.org/article/entries/5040-cheap-oil)



## Carne e mercados: forçando a entrada da carne industrializada em todos os lugares



O consumo de carne está aumentando em muitos lugares do mundo. Se as tendências atuais continuarem, o consumo mundial crescerá 76% até 2050, de acordo com os últimos estudos. Médicos e cientistas têm nos advertido de que comer muita carne é ruim para a saúde e está ligado a vários tipos de câncer, doenças cardíacas e outros problemas. Essa também é uma má notícia para o meio ambiente, com a pecuária comercial sendo responsável por grande parte do desmatamento em todo o mundo e também prejudicando o clima. A FAO calculou que, hoje em dia, só a produção de carne, principalmente a industrial, gera mais emissões de gases de efeito estufa do que todos os meios de transporte mundiais combinados. Por outro lado, se os consumidores pesados de carne industrializada mantivessem o seu nível de consumo nas quantidades recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, o mundo poderia reduzir 40% de todas as emissões desses gases.

Sendo assim, por que o consumo de carne está aumentando muito além dos níveis sustentáveis e saudáveis? A narrativa mais comum nos explica que isso ocorre porque a crescente classe média em muitos países recém-industrializados pode agora se dar ao luxo de comer mais carne – e aproveita a oportunidade. De fato, o crescimento projetado do consumo de carne é especialmente grande em países como China, Brasil, Índia e outros das mesmas regiões. Mas isso é apenas parte da história.

No que diz respeito à produção, nem toda a carne é processada da mesma maneira. O produto industrializado em fazendas empresariais é o segmento que mais cresce no setor de carne e laticínios, responsável por 80% do aumento global nos últimos anos. É o caso, principalmente, da produção de suínos e aves, que está ficando sob controle empresarial a uma velocidade altíssima. A carne industrial se tornou uma força motriz do aumento do consumo, já que se baseia na produção altamente concentrada de excedentes de carne barata que são comercializados como *commodities* globais e estimulados em mercados de todo o mundo.

### **Estimulando o mercado industrial de carne**

Então, por que a carne industrializada pode ser produzida por preços tão baixos e se expande tão rapidamente em todo o mundo? O confinamento com alta densidade de estocagem faz parte de um esforço sistemático para produzir o máximo possível pelo menor custo. No entanto, pelo menos três fatores estruturais fundamentais estão em jogo aqui: as empresas lutam contra qualquer regulamentação de seu setor, a carne industrializada é altamente subsidiada e acordos comerciais são assinados para fazer com que ela se expanda maciçamente em mercados do mundo todo.

Quando a Alemanha elaborou diretrizes para reduzir o consumo de carne, demonstrando que um corte de 50% até 2030 seria “crucial para a proteção climática”, a indústria fez *lobby*, e forte. Até a data do lançamento, em novembro de 2016, o plano do país sobre a mudança climática havia sido esvaziado e despojado de qualquer referência aos gases de efeito estufa no setor agrícola. Há histórias semelhantes sobre o *lobby* nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países onde o setor da carne industrializada é forte.

Apesar da sua oposição a certos tipos de regulamentação, a indústria não se importa de mamar nas tetas dos subsídios do governo. Em 2013, os países da OCDE distribuíram 53 bilhões de dólares para produtores de gado, com a União Europeia (UE) pagando 731 milhões apenas para sua indústria. No mesmo ano, o Departamento (Ministério) de



Agricultura dos Estados Unidos pagou mais de 300 milhões de dólares a apenas seis enormes empresas de carne (começando com a Tyson Foods) para colocar carnes e laticínios nas bandejas da merenda escolar, em comparação com apenas uma fração desse valor pago a fornecedores de frutas e legumes. Na verdade, quase dois terços de todos os subsídios agrícolas dos Estados Unidos vão para a carne e os laticínios, grande parte deles por meio de ração para animais. Sem subsídios e sem a possibilidade de descartar os custos e impactos ambientais e sociais causados pelas empresas, o preço da carne industrializada seria simplesmente alto demais.

Mas as grandes armas no arsenal da indústria são os acordos de “livre comércio”. Essas negociações empresariais estimulam artificialmente a produção e o consumo, promovendo o *dumping* (venda por preços artificialmente baixos com o objetivo de quebrar a concorrência) de carnes e laticínios em países de baixa renda. Eles incluem cláusulas que eliminam a proteção de agricultores locais em relação a concorrentes estrangeiros, tornam ilegal dar preferência a fornecedores ou produtos locais e sujeitam as regulamentações governamentais a mecanismos de disputa entre investidores e o Estado, segundo os quais uma empresa estrangeira pode processar governos que adotem legislação ambiental que eles considerem que prejudica seus lucros.

### **Como os acordos de livre comércio impulsionam a expansão da indústria de carne e laticínios**

- Forçando a queda das tarifas nos últimos mercados “protegidos”. Essa é uma grande ameaça em países onde ainda há tarifas para proteger os agricultores locais de concorrentes estrangeiros ou onde os agricultores se beneficiam de subsídios e outros mecanismos que distorcem os preços. Isso inclui países de baixa renda como a Índia, que agora está enfrentando o acordo comercial chamado Parceria Econômica Comercial Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês). A RCEP terá um grande impacto no setor indiano de carnes e laticínios, forçando sua abertura para importações da Austrália e da Nova Zelândia: só na Índia, 70 milhões de produtores de leite enfrentam ameaças imediatas de importação desses gigantes da pecuária comercial. Mas as tarifas também são um problema nos países de alta renda que negociam o Acordo Transatlântico de Comércio e Parceria de Investimento (TTIP), que visa abrir a União Europeia a mais importações de carne bovina dos Estados Unidos, bem como os envolvidos na Parceria Transpacífica (TPP), em que o acesso de empresas dos Estados Unidos aos consumidores de carne e laticínios no Japão, no Canadá e no México, principalmente, foi fundamental para os negociadores dos Estados Unidos.
- Tornando ilegais as preferências locais. Conceder preferência a fornecedores ou produtos locais se torna claramente ilegal segundo acordos pendentes, como a TTIP ou a TPP. A opção pelo que é local está no cerne das estratégias de bom senso para apoiar os pequenos agricultores e reverter as mudanças climáticas, abordando as maneiras como produzimos, distribuimos e acessamos os alimentos. No entanto, isso se torna impossível pelos acordos comerciais de hoje, e sujeito a sanções muito duras. Mesmo com algumas dessas negociações e acordos estando em situação duvidosa atualmente devido à turbulência do Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia), a eleição do presidente direitista dos Estados Unidos, Trump, e outras tendências nacionalistas, está claro que os



interesses corporativos por trás desses negócios continuarão avançando.

- Impondo uma harmonização regulatória entre os signatários dos acordos comerciais para abrir mais os mercados e submeter essas aberturas a cláusulas conhecidas como “*standstill*” (pausa) e “*ratchet*” (catraca). A primeira congela o nível de regulamentação em determinados setores do país signatário. Isso significa que só se pode “des”regular a partir dali, ou seja, não se podem adotar regulamentos novos nem adicionais como julgar necessário. A segunda significa que, depois de tomar medidas para liberalizar e abrir seu mercado, o país nunca poderá voltar atrás. Assim, uma ação tomada por um governo no poder – por exemplo, abrir-se a importações de carne de animais criados em escala industrial – não pode ser revertida por uma nova administração que chegue ao poder, destruindo assim os processos democráticos para a ação climática.
- Tornando as regulamentações ambientais sujeitas à solução de conflitos entre investidores e o Estado. Isso significa que, se o país assinar um típico acordo de investimento que contenha esse tipo de mecanismo, uma empresa estrangeira pode processar o governo se ele adotar uma política de interesse público que possa afetar os lucros previstos daquela empresa. Por exemplo, se o governo aumentar os impostos sobre o consumo de carne, essa medida poderia ser contestada pela indústria apelando ao mecanismo de solução de conflitos entre investidores e o Estado. Só a ameaça desse desfecho, em que as indenizações geralmente ficam na faixa das centenas de milhões de dólares, tem assustado os formuladores de políticas e feito com que se afastem de políticas ambientais ou sociais.

Tudo isso estimula a produção e o consumo ao promover o *dumping* de carnes e laticínios baratos em países de baixa renda, matando não só os meios de subsistência locais, mas também a nossa saúde, principalmente a de quem não têm dinheiro para obter carne de qualquer outra fonte ou onde ela nem sequer está disponível, além de prejudicar o nosso clima.

Precisamos reverter urgentemente a pressão para que as “cadeias de valor” das carnes e dos laticínios globais sejam consagradas em grandes acordos comerciais entre os principais blocos comerciais, nos livrar dos subsídios à carne industrializada e fazer com que a indústria se responsabilize pelos danos ambientais e sociais que cria. Precisamos reconhecer isso e redirecionar o investimento e as políticas de apoio aos mercados locais, nacionais e regionais para o gado produzido de forma sustentável por pequenos agricultores.

**GRAIN**, [www.grain.org](http://www.grain.org)

Este artigo é baseado em (Referências e fontes completas dos números citados neste artigo podem ser encontradas aqui):

- [Grabbing the bull by the horn: it's time to cut industrial meat and dairy to save the climate](#) – GRAIN
- [The Global Dangers of Industrial Meat](#) – GRAIN & Raj Patel, em [Civil Eats](#).



## **Lavando a extração ilegal: como a madeira tropical roubada por meio de concentração de terras chega à loja de móveis**

Tendo exportado 3,1 milhões de metros cúbicos de madeira tropical em 2013, principalmente para a China, Papua-Nova Guiné (PNG) se tornou, nos últimos anos, a maior exportadora mundial de madeiras tropicais, superando a Malásia, que ocupara o primeiro lugar nas últimas décadas.

Papua-Nova Guiné chegou ao cobiçado primeiro lugar depois de expandir a exploração de seus recursos florestais por meio de um mecanismo jurídico denominado Arrendamentos Especiais para Agricultura e Negócios (SABLs, na sigla em inglês). De acordo com uma Comissão de Inquérito do governo, a maioria deles não obteve consentimento livre, prévio e informado da população local e envolve fraude, má gestão e incompetência (1). Em setembro de 2013, o primeiro-ministro de Papua-Nova Guiné afirmou que o esquema “revelou uma tendência chocante de corrupção e má gestão em todas as etapas do processo” (2), e anunciou, mais tarde, que todos esses negócios devem ser considerados ilegais e cancelados (3). No entanto, o governo ainda não tomou nenhuma ação decisiva para cancelar negócios obscuros, parar a exploração ilegal de madeira ou devolver terras aos legítimos proprietários.

Os SABLs são apenas a ponta do iceberg. Os 5,5 milhões de hectares arrendados sob esse mecanismo nos últimos anos somam 10 milhões de hectares já alocados pelo governo como concessões madeireiras (4). Isso significa que mais de um terço dos 46 milhões de hectares do país estão atualmente nas mãos de madeireiras estrangeiras, principalmente da Malásia.

De acordo com muitas investigações realizadas tanto por organismos oficiais como por organizações não governamentais, a maioria dessas concessões também parece ser ilegal. Uma revisão da indústria madeireira encomendada pelo governo de Papua-Nova Guiné em 2006 descobriu que “a maioria das operações florestais não pode ser caracterizada como tendo cumprido as leis e os regulamentos nacionais e, portanto, é ilegal” (5). Ela revelou que a Autoridade Florestal da PNG é falha, com grandes deficiências e corrupção generalizada (6), e que “a indústria tem permissão para ignorar as leis de Papua-Nova Guiné e, na verdade, recebe tratamento preferencial em muitos casos, enquanto os pobres rurais são deixados para sofrer as consequências sociais e



ambientais de uma indústria que opera majoritariamente fora do sistema regulatório” (7). Uma avaliação encomendada pelo governo sobre 14 operações madeireiras – incluindo as cinco maiores – concluiu que nenhuma delas poderia ser considerada legal e apenas uma cumpria mais de 50% dos critérios fundamentais para operações legais de exploração de madeira em Papua-Nova Guiné (8).

Esse saque de florestas está ocorrendo em um país que supostamente tem a distribuição mais igualitária da terra no mundo, com 97% de terras consuetudinárias, isto é, controladas coletivamente por tribos e clãs. O país é governado por uma constituição que protege os direitos consuetudinários das pessoas à terra, aos recursos naturais e ao meio ambiente. Conforme documentado no filme e no relatório *On Our Land* (9), do Oakland Institute, a extração de madeira em Papua-Nova Guiné oculta uma tragédia, em muitos níveis, de traição às proteções constitucionais das pessoas e de perda de patrimônio cultural, terras e meios de subsistência para milhões de habitantes do país.

Como em muitos outros países do Sul global, as comunidades locais que se opõem ao roubo de suas terras e recursos sofrem forte pressão. Elas enfrentam intimidação, espancamentos, prisões e processos judiciais. As forças policiais muitas vezes defendem as madeireiras e usam veículos das empresas. Em várias ocasiões, os moradores locais que tentam impedir as operações de corte através de bloqueios de estradas e protestos pacíficos foram presos, espancados e, às vezes, levados para locais de detenção distantes.

A ilegalidade das atividades madeireiras e a criminalização de pessoas que protegem seus territórios e florestas não impedem a entrada da madeira extraída nos mercados legais. As inspeções das exportações verificam apenas a quantidade e a descrição da madeira, de modo que os impostos sobre as exportações possam ser pagos. Não é feita qualquer conexão entre a documentação legal dos produtos de madeira e o caráter ilegal da maior parte das operações de extração no país (10). Uma vez dentro do navio, a madeira extraída ilegalmente passa a ser legal, com documentos de expedição endossados pela aduana local.

Papua-Nova Guiné é um dos países identificados no relatório UNEP-INTERPOL, de novembro de 2012, como grande exportadora de madeira ilegal, que depois é “lavada” através de operações globais. Depois de uma revisão das operações madeireiras que ocorrem na bacia amazônica, na África Central e na região da Ásia-Pacífico, o relatório afirma que “a extração ilegal de madeira não está em declínio, e fica mais avançada à medida que os cartéis se tornam mais bem organizados” (11). O negócio de madeira ilegal é altamente lucrativo, com o valor econômico global estimado entre 30 e 100 bilhões de dólares (12).

A China é um ator central nesse esquema global. É o maior importador, exportador e consumidor de madeira ilegal no mundo (13). Entre 2010 e 2014, a quantidade de madeira tropical importada pela China aumentou de 34 para 51 milhões de metros cúbicos, para um valor que passou de 2,4 para 5,5 bilhões de dólares (14). A madeira ilegal é usada no próprio país, mas também transformada e exportada na forma de mobiliário, peças, pisos, etc... Desde 2005, a China se tornou a maior exportadora mundial de móveis e peças de madeira, e sua fatia de mercado continua crescendo. O valor das exportações chinesas de móveis e peças de madeira foi de 16,3 bilhões em



2010 – um salto de 35% em relação ao ano anterior (15). Em 2013, atingiu 19,4 bilhões, um aumento de quase 20% em relação a 2010. (16)

A China é o destino de mais de 90% das exportações de madeira de Papua-Nova Guiné (17), mas também importa muito de outros países, como Moçambique, Benin, Gana, República Democrática do Congo, República Centro-Africana e República Democrática Popular do Laos. De acordo com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais, “uma proporção significativa das importações de toras de madeira tropical da China é considerada atualmente proveniente de regiões de alto risco e com documentação de legalidade limitada” (19).

Os outros atores importantes são os principais países importadores: os Estados Unidos são o maior mercado de exportação de móveis de madeira da China, tendo importado cerca de 7 bilhões em 2013 – 35% das exportações chinesas (20). O Japão e o Reino Unido são o segundo e o terceiro maiores importadores de mobiliário de madeira fabricado na China, com cerca de um bilhão em importações cada (12% das exportações chinesas) (21).

Considerando-se que a China é o maior importador de madeira extraída ilegalmente em Papua-Nova Guiné e em outros países (22), o produto provavelmente é usado em grande parte das exportações chinesas de produtos de madeira, e chega “lavado”, como produtos “fabricados na China”, a Estados Unidos, Japão e União Europeia (23).

Os Estados Unidos e a União Europeia estabeleceram políticas destinadas a impedir que a madeira ilegal entre em seus mercados, com o Regulamento da UE sobre a madeira (EUTR, na sigla em inglês), que entrou em vigor em março de 2013, e a Lei Lacey, de 2008, nos Estados Unidos. A China, por outro lado, ainda não tomou medidas jurídicas para proibir explicitamente o comércio de madeira ilegal. (24)

No entanto, apesar das políticas de Estados Unidos e União Europeia, a INTERPOL confirma que ambos estão entre os principais importadores de madeira ilegal. A organização reconhece vários sistemas de lavagem usados para legalizar a madeira, incluindo falsificação de certificações ecológicas e de documentos de origem e propriedade, canalização de grandes volumes de madeira ilegal através de plantações legais, mistura de madeira ilegal com legal durante o processamento, suborno de autoridades aduaneiras, florestais, policiais, militares ou de aldeias locais. (25) Uma vez lavada, a madeira ilegal pode entrar legalmente nos mercados e nas lojas de varejo dos países desenvolvidos.

No entanto, dada a persistência da entrada de madeira ilegal no mercado chinês, é altamente questionável se qualquer produto de madeira da China deveria ser aceito nos termos da Lei Lacey ou do EUTR. Sendo a China o principal país comerciante de madeira ilegal do mundo, seus produtos de madeira deveriam ser classificados como de alto risco e rejeitados na ausência de provas sólidas de legalidade e documentação adequada. Por outro lado, o consumo contínuo de “madeiras tropicais” também deve ser questionado, já que os povos dependentes da floresta sofrem os maiores impactos dessa extração madeireira.

Antes de comprar uma nova mesa de cozinha de mogno ou um piso de merbau, os consumidores de todo o mundo devem estar cientes de que, independentemente do que



diga o vendedor, eles podem vir de uma floresta tirada de comunidades indígenas que dependiam desses recursos para sobreviver e arriscaram suas vidas para defendê-los.

*Frédéric Mousseau, [fmousseau@oaklandinstitute.org](mailto:fmousseau@oaklandinstitute.org)*

*Diretor de Políticas do Oakland Institute, <https://www.oaklandinstitute.org>*

Outras informações:

Relatórios e filme sobre Papua-Nova Guiné:

*On our land: modern land grabs reversing independence in Papua New Guinea*

<https://www.oaklandinstitute.org/our-land-modern-land-grabs-reversing-independence-papua-new-guinea>

*The great timber heist: the logging industry in Papua New Guinea*

<https://www.oaklandinstitute.org/great-timber-heist-logging-industry-papua-new-guinea>

*Taking on the logging pirates: land defenders in Papua New Guinea speak out!*

<https://www.oaklandinstitute.org/illegal-logging-papua-new-guinea-speak-out-palm-oil-corruption>

Assista ao filme *On Our Land*: <https://www.oaklandinstitute.org/on-our-land-full-film>

- (1) Ver relatórios e transcrições no site da Comissão de Inquérito: <http://www.coi.gov.pg/sabl.html> (acessado em 5 de setembro de 2015).
- (2) “Declaração do Primeiro-Ministro Hon. Peter O’Neill sobre o Relatório da Comissão de Inquérito aos Contratos Especiais de Agricultura e Negócios”, p. 2. <http://www.coi.gov.pg/documents/COI%20SABL/PM%20Statement%20COI%20SABL%20Final%20Report.pdf> (accessed October 23, 2015).
- (3) “*Papua New Guinea Must Act Now to Cancel SABL Land Leases and Return Land to Local Communities.*” *Oakland Institute*, 30 de junho de 2014. <http://www.oaklandinstitute.org/papua-new-guinea-must-act-now-cancel-sabl-land-leases> (acessado em 5 de setembro de 2015).
- (4) *Papua New Guinea Investment Promotion Authority. Forestry.* <http://www.ipa.gov.pg/agriculture/forestry> (acessado em 7 de julho de 2015).
- (5) *Logging, Legality and Livelihoods in PNG: Synthesis of Official Assessments of the Large-Scale Logging Industry.* *Forest Trends* 1 (2006).
- (6) Ibid.
- (7) Ibid.
- (8) Ibid.
- (9) Mousseau, Frederic. *On Our Land: Modern Land Grabs Reversing Independence in Papua New Guinea*, Oakland Institute, 2013. <http://www.oaklandinstitute.org/land-deals-papua-new-guinea> (acessado em 5 de setembro de 2015).
- (10) Ibid.
- (11) Nellemann, C., INTERPOL *Environmental Crime Programme* (eds.). 2012. *Green Carbon, Black Trade: Illegal Logging, Tax Fraud and Laundering in the World's Tropical Forests*. A Rapid Response Assessment. United Nations Environment Programme, GRIDArendal. [www.grida.no](http://www.grida.no)
- (12) Ibid.
- (13) “*Appetite for Destruction: China’s Trade in Illegal Timber*”, Environmental Investigation Agency (EIA), Londres, 2012.
- (14) “*Biennial Review and Assessment of the World Timber Situation 2013-2014.*” International Tropical Timber Organization, 2015.



- (15) “*Annual Review and Assessment of the World Timber Situation*”, International Tropical Timber Organization, 2012, p. 33.
- (16) “*Biennial Review and Assessment of the World Timber Situation 2013-2014*.” International Tropical Timber Organization, 2015.
- (17) Ibid, p. 11.
- (18) Ibid, p. 10.
- (19) Ibid, p 10.
- (20) “*Appetite for Destruction: China’s Trade in Illegal Timber*”, Environmental Investigation Agency (EIA), Londres, 2012.
- (21) “*Biennial Review and Assessment of the World Timber Situation 2013-2014*.” International Tropical Timber Organization, 2015, p. 24.
- (22) Nellman, C. “*Green Carbon, Black Trade*.” INTERPOL Environmental Crime Programme, 2012.
- (23) Stark, T. e P.C. Sze. “*Sharing the Blame: Global Consumption and China’s Role in Ancient Forest Destruction*.” Greenpeace International e Greenpeace China. Março de 2006.
- (24) “*Guidance Document for the EU Timber Regulation*.” Comissão Europeia. [http://ec.europa.eu/environment/forests/timber\\_regulation.htm](http://ec.europa.eu/environment/forests/timber_regulation.htm), acessado em 29 de agosto de 2013; “*The US Lacey Act FAQ*.” Environmental Investigation Agency.
- (25) Nellman, C. “*Green Carbon, Black Trade*.” INTERPOL Environmental Crime Programme, 2012.



## As plantações de dendê “verdes” são uma farsa: o caso da OLAM

*De que forma as grandes empresas de dendê conseguem fazer com que seu óleo seja vendido como produto “verde”, “sustentável” e “amigo do clima”, quando ele não é nada disso? De que forma essa imagem verde ajuda as empresas a se expandir ainda mais, como está acontecendo atualmente na África? Este artigo analisa o caso da OLAM International, que publicou a versão preliminar de sua Política Global para as Florestas em fevereiro de 2017 (1). As palavras promissoras da empresa são apenas uma cortina de fumaça em torno do que continua sendo seu principal objetivo: aumentar os lucros.*



## As empresas de dendê mudaram?

É nisso que elas querem que acreditemos. Se olharmos a versão preliminar da Política Global para as Florestas da OLAM, veremos que diz: “O objetivo principal da OLAM é crescer de forma responsável, com o objetivo de atender às necessidades essenciais do mundo”. O documento manifesta sua preocupação com proporcionar “segurança alimentar” aos “nove bilhões de pessoas que devem habitar o nosso planeta até 2050”, e a necessidade de “emprego no longo prazo” e “oportunidades de subsistência nas zonas rurais”. À primeira vista, a política se parece mais com um documento escrito por uma instituição beneficente ou pública do que por uma grande empresa transnacional, o que leva à pergunta: a OLAM mudou?

Essa transformação exigiria que a OLAM deixasse de ter como prioridade a maximização dos lucros para seus principais proprietários, a empresa de investimentos Temasek Holdings (52,3%) de Cingapura e a Mitsubishi Corporation (20,3%) do Japão. Mas, lendo a “declaração do diretor” em seu relatório anual de 2015, fica claro que não houve qualquer mudança. Não há referência àquelas nove bilhões de pessoas que deverão habitar o nosso planeta em 2050, apenas uma preocupação com “o bem-estar e a prosperidade” da empresa, que envolve “competitividade de mercado, qualidade dos retornos, crescimento dos negócios e aumento da produtividade”. (2)

A única mudança real é no discurso público da OLAM, e é **resultado direto das muitas lutas das comunidades locais e seus apoiadores para dar visibilidade às evidências cada vez maiores sobre os impactos negativos causados pelas grandes plantações industriais de monoculturas de dendê**. O desmatamento, a contaminação ambiental e a invasão dos territórios das pessoas afetaram a imagem de empresas como a OLAM diante dos consumidores de óleo de dendê e dos bancos que financiam os negócios delas. Uma imagem negativa poderia interferir nas vendas da empresa e em sua capacidade de atrair financiamentos, ameaçando o seu principal objetivo de aumentar os negócios e obter lucros.

**As empresas foram forçadas a fazer alguma coisa.** Hoje em dia, quase todas as empresas de dendê têm divisões de “sustentabilidade” e se envolvem em processos e compromissos que dizem enfrentar os problemas que criam, principalmente o desmatamento. O Projeto de Política Global para as Florestas da OLAM lista vários princípios e iniciativas a que eles pretendem aderir, como o sistema de certificação Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO) (3), os conceitos de florestas de Alto Valor de Conservação (HCV, na sigla em inglês) e Alto Armazenamento de Carbono (HCS), bem como o princípio do Consentimento Prévio, Livre e Informado (FPIC).

Sendo assim, a pergunta seguinte é: esses processos e compromissos fazem qualquer diferença substancial para a vida cotidiana das comunidades? Argumentamos que não, e, portanto, eles são convenientes para as empresas. Em primeiro lugar, aderir a esses compromissos – discutidos em salas de conferências com ar condicionado, longe da realidade das comunidades cercadas por monoculturas – não é obrigatório, e sim voluntário. Em segundo lugar, as empresas exercem um alto controle sobre os sistemas de certificação, que são fortemente promovidos por algumas ONGs como o WWF, e conseguem garantir que eles não tenham um impacto significativo em suas operações, como acontece com a RSPO, onde as empresas do setor do dendê são a grande maioria



dos membros. Em terceiro lugar, nenhum desses compromissos exige mudanças no modelo de produção de monoculturas em grande escala. Muitos estudos feitos em todo o mundo (4) mostram que é inerente a esse modelo a ocupação em grande escala de terras bem localizadas, obviamente férteis e, portanto, mais frequentemente, comunitárias. A implantação desse modelo leva necessariamente ao desmatamento. Um relatório recente produzido pela ONG Mighty Earth, com sede nos Estados Unidos, em colaboração com a gabonesa Brainforest, mostra que a OLAM, empresa certificada pela RSPO, já desmatou cerca de 20 mil hectares de florestas em suas quatro áreas de concessão no Gabão desde 2012. (5)

### Falhas adicionais que beneficiam a OLAM

Analisando a versão preliminar da Política Global para as Florestas da OLAM, podem-se identificar outras formas que a empresa tem de, com alguma formulação inteligente, afirmar que adere aos compromissos no papel sem mudar muito na prática.

É preciso levar em consideração as relações de poder profundas e desiguais entre comunidades e empresas para entender por que as comunidades do Gabão não têm voz nem influência iguais às da OLAM nos chamados “processos *multi-stakeholder*” (com múltiplas partes interessadas) que a empresa pretende seguir em suas políticas. Por exemplo:

- A OLAM se compromete a proteger os “direitos” das comunidades. A empresa tem realmente a intenção de respeitar e reconhecer os direitos consuetudinários das comunidades à terra e, assim, evitar a maioria dos problemas associados à expansão do dendê industrial? Obviamente não. A OLAM se refere apenas ao direito ao “Consentimento Livre, Prévio e Informado da população local”. Esse princípio é forte no papel, mas fica mais frágil quando se considera o contexto local. No Gabão, não só a OLAM tem o apoio do governo – algo comum para as empresas de dendê na maioria dos países – mas o Estado do Gabão é acionista da OLAM Gabon e o próprio presidente Ali Bongo é um forte defensor do negócio do dendê que a empresa tem no país. Seu regime autoritário tem poder de nomear e controlar representantes políticos locais em nível de aldeia. Como resultado, a empresa, em colaboração com as autoridades locais, pode usar estruturas de poder para silenciar a oposição das comunidades afetadas. Nesse contexto, o FPIC é uma ferramenta inútil para que as comunidades defendam seus territórios.
- A OLAM está comprometida com “processos *multi-stakeholder*”, como a certificação da RSPO. Isso também é conveniente para a empresa porque há uma série de lacunas que lhe garantem o controle do processo em seu favor. Por exemplo, são as próprias empresas que contratam os consultores que fazem as auditorias de certificação ditas “independentes”. Além disso, mesmo se alguém argumentar que a RSPO tem um mecanismo de queixas em funcionamento, esse tipo de sistema é altamente complexo para que as comunidades o acessem e usem. Quando elas conseguem, muitas vezes com apoio externo, é difícil alcançar um resultado positivo. De acordo com Jefri Saragih, da Sawitwatch, uma ONG indonésia que apoia comunidades afetadas por plantações industriais de dendezeiros e com experiência em ajudá-las a apresentar queixas à RSPO: “Com mais de 50 casos não resolvidos, pode-se dizer que a RSPO não tem sido capaz de enfrentar os muitos impactos negativos causados pelas grandes plantações de dendê. Mais de 40 casos de caráter social foram submetidos à



Secretaria da RSPO e ainda não foram resolvidos”. (6) Portanto, a RSPO é fundamentalmente uma ferramenta de marketing para proteger as exportações e os lucros da OLAM.

- A OLAM está comprometida com não desmatar florestas de Alto Valor de Conservação e de Alto Armazenamento de Carbono. Contudo, quem define o que são florestas HCV e HCS? Certamente não são as comunidades, e sim consultores especializados, empresas e principalmente, ONGs de conservação. As comunidades argumentam, em grande parte, que todas as suas terras consuetudinárias são importantes, independentemente de quanto “carbono” ou “valor de conservação” seja atribuído a uma determinada área. Mesmo as terras classificadas por consultores como “florestas degradadas” são importantes para as comunidades.
- A OLAM está comprometida com a segurança alimentar. “Segurança Alimentar” é um conceito atraente para empresas como a OLAM porque não trata de quem controla a produção de alimentos ou de como e o que será produzido. Essas questões essenciais fazem parte de outro conceito muito mais amplo e mais político, defendido globalmente por importantes movimentos camponeses como a Via Campesina: a soberania alimentar. O conceito de soberania alimentar está ausente nos documentos de política de “sustentabilidade” corporativa porque a prática das empresas é cada vez mais direcionada a tomar e controlar as terras dos agricultores, mercados de alimentos e cadeias de produção para aumentar seu crescimento e seus lucros. A OLAM, por exemplo, tem um programa chamado GRAINE, que promete aumentar a produção de alimentos no Gabão. Embora soe bem e obviamente promova a imagem da empresa, o que o programa mais tem feito concretamente no país até agora é desenvolver plantações industriais de dendezeiros nas terras das pessoas. (7)

### **Se não foram as empresas, quem ou o que mudou?**

No passado, muitas ONGs sociais e ambientais, principalmente do Norte, estavam ocupadas denunciando e fazendo ações contra o desmatamento tropical, como pedir boicotes à madeira tropical. Hoje em dia, no entanto, uma grande quantidade delas está sentada à mesa com empresas do agronegócio para discutir mecanismos de certificação, princípios, critérios, políticas, salvaguardas para comunidades e florestas, florestas de alta conservação e armazenamento de carbono, etc., às vezes financiadas por essas mesmas empresas.

**Essa mudança na maneira como as ONGs estão trabalhando tem beneficiado as empresas e, na maioria das vezes, debilitado as lutas das comunidades.** Por um lado, isso gerou uma divisão entre as ONGs e, por outro, deu legitimidade a compromissos de “sustentabilidade” por parte das empresas, que agora podem dizer: “Temos o apoio das ONGs”. Por exemplo, a Mighty Earth, que denunciou pela primeira vez a OLAM pelo desmatamento de 20 mil hectares, em dezembro de 2016, negociou um acordo com a empresa pouco depois, em fevereiro de 2017, onde ambas as partes declararam que “colaborariam na conservação florestal e na agricultura sustentável” no “Gabão e em outros países altamente florestados”. O acordo foi intermediado por outra ONG, o World Resources Institute (WRI), e negociado em Washington, nos Estados Unidos, bem longe do povo do Gabão. (8)



Outra consequência local desse tipo de envolvimento das ONGs, principalmente das internacionais, é que elas costumam pressionar comunidades, grupos e ativistas que as apoiam, de cima para baixo, e convencê-los de que o melhor caminho a seguir é se envolver com as empresas. Muitas comunidades e grupos de apoio e ativistas, em vez de gastar seu precioso tempo no fortalecimento das capacidades das organizações locais para organizar lutas de resistência cada vez mais difíceis, são pressionados a monitorar os compromissos das empresas ou participar de “eventos *multi-stakeholder*”. As organizações locais que insistem em priorizar a organização popular geralmente sofrem intimidação.

Um exemplo aconteceu recentemente nas plantações da OLAM no Gabão. As ONGs gabonesas Muyissi e Brainforest, juntamente com uma plataforma de ONGs chamada *Gabon Ma Terra Mon Droit* e grupos de ativistas africanos e internacionais, organizaram um encontro onde as comunidades afetadas pela OLAM puderam se reunir para melhor compreender a empresa e seus impactos, e trocar experiências com outros ativistas de países africanos afetados por plantações. Depois desse encontro, o diretor de uma ONG local e líderes comunitários foram intimidados pelas autoridades locais e receberam o recado de que precisavam parar de promover esses eventos e organizar as comunidades. (9)

### **Lavagem verde para expandir os negócios**

Há um número cada vez maior de produtos com certificados, como o da RSPO, que prometem aos consumidores que não prejudicam o meio ambiente ou as comunidades. Eles dão a falsa impressão de que tudo vai bem com o nosso modelo globalizado de produção e consumo. Isso é profundamente equivocado. A produção e o consumo excessivos de hoje em dia têm de ser reduzidos e limitados, mas os **sistemas de certificação feitos pelo setor empresarial – e para ele – nada fazem para resolver o problema.**

Pelo contrário, o selo RSPO, por exemplo, supostamente *garante* que o óleo de dendê usado em vários produtos seja “sustentável”, mas, na realidade, trata-se de abrir fatias de mercado às empresas que criaram o selo. De acordo com a RSPO, a produção e o consumo “sustentáveis” têm a ver com o aumento de ambos, com a obtenção de uma maior participação no mercado, em parceria com grandes empresas multinacionais. Na verdade, em sua análise de 2015, a RSPO escreve majoritariamente sobre “aumento” no óleo de dendê: aumento do número de membros da RSPO em 20%, aumento de 6% em seus produtores de óleo de dendê, aumento do óleo de dendê 100% sustentável em dez países europeus, de modo que “todo o óleo de dendê da Europa seja sustentável até 2020”, e aumento de 10% do consumo de óleo de dendê certificado pela RSPO no megamercado da China até 2020. A RSPO termina sua análise geral afirmando que quer “transformar os mercados para fazer do óleo de dendê sustentável a norma em todos os países”. Portanto, a RSPO não pretende mudar um modelo de produção altamente concentrado e desigual que fornece óleo vegetal barato para a indústria de comida pouco saudável em um modelo localizado de produção de óleo vegetal em pequena escala, de acordo com os princípios da justiça agroecológica e social. **A RSPO visa simplesmente aumentar a participação de seu óleo de dendê e salvaguardar os lucros das empresas.** Isso também explica por que ela organizou um “Roadshow” na África, ou seja, uma feira itinerante, que parou no Gabão em 2012 (11).



Sem alterar o modelo de monocultura em grande escala, sistemas como a RSPO continuarão vendendo uma mensagem falsa. Eles argumentam que as grandes monoculturas de óleo de dendê poderiam ser, como diz a OLAM em sua política, “sustentáveis”, algo que pode “crescer com responsabilidade” e que pode “coexistir” com o “bem-estar das comunidades”. Quando os consumidores e os bancos compram essa mensagem, as empresas podem expandir o seu negócio de óleo de dendê e, ao mesmo tempo, oprimir as comunidades que lutam contra as chamadas empresas “sustentáveis”.

### **Desafios pela frente**

Então, o que pode ser feito para trabalhar em direção a mudanças estruturais e reduzir as relações de poder desiguais?

As comunidades precisam de apoio. Grupos e ativistas internacionais, nacionais e locais devem continuar dando prioridade ao apoio e ao fortalecimento da capacidade organizativa das comunidades e suas lutas, criar redes e intercâmbios entre as comunidades, dentro e entre países e continentes, para fortalecer um movimento global de lutas contra um modelo movido pelo lucro, que é destrutivo para o bem-estar e o futuro das comunidades, das florestas e do clima.

Os compromissos das empresas com a sustentabilidade devem ser juridicamente obrigatórios. As ONGs devem rejeitar e não se envolver em compromissos voluntários. A experiência mostra que eles não só fracassaram, mas melhoraram a imagem das grandes empresas, ao mesmo tempo em que colocaram em perigo as lutas dos povos locais.

Os consumidores têm um papel importante a cumprir: recusar, questionar publicamente e boicotar a RSPO e outros certificados empresariais, porque eles criam uma imagem falsa que só beneficia as empresas. E comprar produtos da pequena agricultura local, contribuindo para a soberania alimentar – isto é, o controle das terras pelos povos e a produção e oferta de alimentos locais, em vez de produtos importados baseados na grande produção monocultora controlada por transnacionais como a OLAM.

### *GRAIN e WRM*

(1) Política Global para Florestas da OLAM International – Versão preliminar para Consulta – versão 1, 28 de Fevereiro de 2017.

(2) Relatório Anual da OLAM 2015: <http://olamgroup.com/investor-relations/annual-report-2015/annual-financial-statements/>

(3) A RSPO é uma iniciativa fundada em 2001. Trata-se de uma parceria entre a indústria de óleo de dendê e algumas ONGs, sendo o WWF um dos principais atores. É uma resposta da indústria do óleo de dendê aos conflitos e aos problemas ambientais causados pela expansão muito rápida do setor, principalmente na Indonésia e na Malásia, nos últimos 20 anos – em especial, o desmatamento. A RSPO tem hoje mais de 750 membros e apenas 13 deles são ONGs, de modo que os outros 740 são empresas relacionadas de algum modo ao setor do óleo de dendê. A RSPO dá certificados aos produtores de óleo de dendê com base em um conjunto de princípios e critérios aprovados por seus próprios membros. Ela afirma em sua página na internet



(www.rspo.org) que, até outubro de 2015, já havia certificado cerca de 2,56 milhões de hectares de plantações de dendzeiros como “sustentáveis”.

(4) <http://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/plantacoes-de-arvores/>

(5) <http://www.mightyearth.org/blackbox/>

(6) <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-entrevista-com-sawitwatch-sobre-os-impactos-das-plantacoes-industriais-de-dende-palma-na-indonesia-e-a-experiencia-com-a-rspo/>

(7) ver artigo sobre o programa GRAINE, da OLAM, no próximo boletim WRM.

(8) <http://www.mightyearth.org/olam-and-mighty-earth-agree-to-collaborate/>

(9) Entrevista pessoal realizada em março de 2017.

(10) <http://www.rspo.org/news-and-events/news/looking-back-at-2015>.

(11) Outro exemplo é como grupos como WWF, Conservation International e Proforest, juntamente com a OLAM e outras empresas, por exemplo, a multinacional Sime Darby (Malásia) e a gigante de alimentos Unilever (Reino Unido/Holanda), organizaram o que chamaram de “RSPO Africa Roadshow”. Isso envolveu eventos em 2012, no Gabão e em outros países africanos, para informar sobre “o potencial para proporcionar muitos benefícios socioeconômicos” e “aumentar a conscientização sobre o óleo de dendê sustentável”. Essa feira itinerante foi financiada por empresas privadas e doadores de governos do Norte. (<http://www.proforest.net/en/featured-work/developing-capacity/the-rspo-africa-roadshow-building-capacity-and-raising-awareness-on-sustainable-palm-oil>)



## A luta cotidiana das mulheres quéchua de Sarayaku, no Equador

*Foto: Esteffany Bravo S.*

Aproxima-se a hora do almoço e Rita não tem mais lenha para cozinhar. Armada com um machado e uma cesta grande, essa mulher quéchua caminha no meio da densa selva amazônica em busca de uma árvore para cortar. Depois de várias dezenas de machadadas fortes, o tronco da árvore cede à força da mulher. Terminado o trabalho, ela carrega a madeira pesada pelo caminho que serpenteia através de rios e passagens estreitas entre as montanhas. Ao chegar em casa, ela acende o fogo para cozinhar, não sem ter coletado água do rio suficiente para preparar a sopa de peixe. Rita também se ocupou de manter a casa limpa e ir à *chakra* (chácara) colher mandioca para fazer chicha, a bebida preferida dos habitantes de sua comunidade. **Além de todas as suas**



**obrigações cotidianas, Rita também ocupa um cargo político:** é uma das líderes das mulheres de Sarayaku, uma localidade ao sul da Amazônia equatoriana, que resiste à exploração do petróleo há mais de 30 anos.

As mulheres do Povo Originário Quéchua de Sarayaku têm desempenhado um papel crucial na resistência da comunidade às tentativas de extrair a riqueza energética escondida nas entranhas de seu território ancestral. Sempre na primeira linha das marchas, carregando seus bebês nas costas ou nos úteros, as *warmis* (mulheres, na língua quéchua) levantaram suas vozes para dizer “Não!” ao extrativismo e ao patriarcado. É a dupla luta das mulheres indígenas de Sarayaku, decididas a resistir tanto à exploração do petróleo pretendida pelo Estado equatoriano quanto ao antigo patriarcado que enfrentam em sua comunidade.

“Nós, mulheres, temos o mesmo coração e o mesmo corpo dos homens, a única coisa que não temos é a barba”, diz Corina Montalvo, moradora de Sarayaku de 83 anos. “Antes nos chamavam de *warmi sami*, ou seja, mulheres que não podem fazer nada. Mas isso foi há muito tempo, um tempo de ignorantes”, ela relembra. “Diziam que as mulheres eram para cozinhar, para lavar, para fazer chicha e lenha, que isso era trabalho das mulheres, mas depois nós entendemos que não era assim e dissemos que os homens também tinham que trabalhar. As crianças são dos dois, de modo que eles também têm que criá-las”, conclui.

**Essa aguerrida e veterana lutadora de Sarayaku foi uma das impulsionadoras da primeira grande mobilização da comunidade.** Era 1992 e vários povos amazônicos do Equador marcharam para exigir do governo do presidente Rodrigo Borja a legalização dos títulos de propriedade sobre os territórios que ocupavam. **Foram as mulheres que convenceram os homens a caminhar os quase 250 quilômetros de distância e 2.000 metros de altitude.** “Levou muito tempo para chegar a Quito [a capital do Equador], pois era difícil andar. Éramos cinco mil pessoas, muitas mulheres, algumas velhinhas, outras levavam seus filhos e outras estavam grávidas”, diz Corina, uma das 1.600 pessoas que moram em Sarayaku.

Uma das mulheres que caminharam segurando o filho era Narcisa Gualinga, de 72 anos. “Os homens queriam ir de ônibus, mas nós não tínhamos dinheiro, e eles não queriam caminhar. Fomos nós, as mulheres, que os convencemos a andar”, relembra essa mulher, uma das fundadoras da pioneira Associação de Mulheres Indígenas de Sarayaku (AMIS). Foi a irmã mais velha de Narcisa, a líder histórica Beatriz Gualinga, que ergueu a voz diante do mandatário Borja. **“Tanta gente estudada e que sabia falar castelhano muito bem; ela não sabia bem, mas falou com o governo”**, disse Narcisa. “Beatriz falou com muita força. Ela disse ao presidente, em quéchua e tudo, que só se for para ganhar votos [eles] fazem alguma coisa. E lhe gritou com força”, disse Corina.

### **Resistência contra o extrativismo**

A liderança das mulheres de Sarayaku se manteve ao longo do tempo. De pouco serviram os títulos de terra obtidos em 1992 quando, uma década mais tarde, a empresa de petróleo argentina CGC entrou no território comunal sem a permissão de seus habitantes para começar a exploração sísmica do petróleo bruto. Ao detectar sua presença, mulheres e homens de Sarayaku se puseram em marcha.



“Quando a companhia de petróleo chegou, em 2002, nós fomos lutar. Nós, mulheres, nos reunimos para decidir quem iria e quem ficaria. Tivemos de deixar nossos filhos em casa. Descuidamos das *chakras* e toda a colheita foi perdida na luta”, diz Ena Santi, atual dirigente da Mulher no Conselho do Governo Autônomo de Sarayaku. “Exatamente naquela época, eu estava grávida de nove meses da minha filha Misha, mas fui à caminhada assim mesmo”, diz ela. **“Éramos 20 mulheres, pegamos uma canoa e fomos ao lugar onde havia aterrissado um helicóptero com trabalhadores da empresa. Pegamos os trabalhadores e os trouxemos para o centro da comunidade. Também pegamos uns soldados e tiramos as armas deles. Nós só tínhamos lanças”**, explica Ena, que foi secretária da AMIS, uma organização que mais tarde passou a se chamar *Kuri Ñampi* (Caminho de Ouro).

Finalmente, a comunidade conseguiu expulsar a empresa de petróleo de seu território, mas não parou nisso. Sarayaku denunciou o Estado à Corte Interamericana de Direitos Humanos por permitir a entrada da CGC sem fazer uma consulta à comunidade. Em 2012, o Tribunal obrigou o **Estado a pedir desculpas públicas e realizar uma consulta prévia, livre e informada aos moradores da comunidade antes de iniciar qualquer projeto de petróleo em seu território.**

Embora Sarayaku tenha vencido a batalha, suas mulheres continuaram a luta dentro e fora da comunidade. Em 8 de março de 2016, coincidindo com o Dia Internacional da Mulher, centenas de *warmis* de sete nacionalidades indígenas saíram às ruas para protestar contra dois blocos de petróleo, que afetam parcialmente o território de Sarayaku, concedidos ao consórcio chinês Andes Petroleum.

**Mulheres quéchuas, waoranis, záparas, shiwiars, andoas, achuars e shuars deixaram clara sua intenção de combater as pretensões extrativistas do governo de Rafael Correa e das petroleiras chinesas Sinopec e CNPC.**

Embora o governo tenha se alinhado ao movimento indígena e às organizações ecológicas durante seus primeiros meses, Correa não tardou em se afastar deles e dar continuidade ao legado extrativista de seus antecessores. **Além disso, desde 2015, também tem intensificado a repressão a protestos indígenas.** Em agosto, aconteceu a greve nacional promovida pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que deixou um saldo de mais de uma centena de detidos. Na cordilheira do Condor, o exército desalojou as comunidades shuars de Tundayme e Nankints para dar lugar a dois megaprojetos de mineração.

### Uma luta diária

Em sua revolta cotidiana contra o patriarcado ancestral, as mulheres de Sarayaku conseguiram restringir a distribuição de álcool, com exceção da chicha, a bebida tradicional de mandioca que elas mesmas fermentam com sua saliva. **“As mulheres tiveram que lutar muito nas assembleias para que os homens aceitassem”**, diz Abigail Gualinga, uma jovem de 20 anos que pertence à nova geração de mulheres lutadoras de Sarayaku. **Embora não resolva as desigualdades derivadas do sistema patriarcal, essa restrição melhora substancialmente as condições de vida das *warmis*.** Em seu livro *Mujeres de maíz* (Mulheres de milho), escrito em Chiapas, no México, Guiomar Rovira diz que **“O álcool tem sido, junto com a religião e as armas, uma forma de controle e subjugação dos camponeses e indígenas pobres. Seu**



**consumo vem sendo zelosamente cultivado por empregadores, caciques e outros exploradores”.**

Grande parte dos esforços das mulheres indígenas organizadas tem como objetivo resistir ao patriarcado originário ancestral que pauta os papéis de gênero em suas comunidades. De acordo com Lorena Cabnal, indígena xinca da Guatemala e teórica do feminismo comunitário, o patriarcado ancestral é “um sistema milenar estrutural de opressão contra as mulheres originárias ou indígenas”.

O caso de Sarayaku não é o único no Equador em que as mulheres têm assumido um papel de protagonistas na defesa de seus corpos e seus territórios ancestrais. De sua posição como líder das mulheres da CONAIE, Katy Machoa revela a principal razão pela qual as mulheres amazônicas estão tão decididas a lutar: “Temos uma relação com a terra muito cotidiana, diária, de pertencimento. Na floresta, tudo sai da terra, ela é a nossa fonte de vida, e não temos outra fonte de renda. O fato de que todo o desenvolvimento e todo sustento da família dependem do território fez com que, quando tudo isso foi ameaçado, nós, mulheres, nos organizássemos para exigir respeito por nosso modo de vida”.

Ainda existe desigualdade no acesso a cargos políticos na comunidade. **Embora a luta de Sarayaku já dure mais de três décadas, só nos últimos anos as mulheres tiveram acesso ao conselho de governo comunitário.** Além disso, apesar da liderança que as *warmis* exerceram na resistência contra a exploração do petróleo, apenas uma mulher foi presidente do governo autônomo. Portanto, tanto na luta política quanto na luta cotidiana, ainda resta muita batalha a ser travada por elas.

Enquanto isso, mulheres como Rita continuam se levantando às quatro da madrugada para preparar o café da manhã, caminhar até suas *chakras* para remover as ervas daninhas e retornar carregando cestas cheias de mandioca, banana ou mamão. Rita, como tantas outras *Warmis*, segue preparando chicha e saindo da cidade para protestar contra as ingerências do Estado e das empresas de petróleo em seu território. **Ela, cuja placenta está enterrada na terra de Sarayaku que a viu nascer, não desiste de seu esforço para defender o território que suas avós lhe legaram e que ela espera dar intacto às netas.** Rita também anseia por deixar de ter medo ao voltar de uma marcha porque, como lembra Machoa, “os homens não temem que alguém lhes espere em casa depois de sua atividade política e bata neles, mas as mulheres, sim”.

*Este é um resumo do artigo original que foi publicado em janeiro de 2017 na Revista Pikara:*

<http://www.pikaramagazine.com/2017/01/la-cotidiana-lucha-de-las-mujeres-kichwas-de-sarayaku/>

Jaime Giménez, <https://twitter.com/jaimegsb>  
Jornalista, Sarayaku (Equador)



## **A resistência dos Ngäbe e dos Buglé: mantendo as indústrias extrativas fora dos seus territórios**

Com uma história cheia de abusos e imposições desde os tempos da colonização, os povos indígenas Ngäbe-Buglé, enraizados no oeste do Panamá, dão continuidade à sua luta constante e sem tréguas por uma autonomia livre de mineradoras, hidrelétricas e outras indústrias destrutivas em seus territórios (1).

Hoje, as indústrias mais destrutivas podem obter “selos verdes” para vender imagens benevolentes para com o meio ambiente ou financiar projetos de “compensação” que, teoricamente, recompõem a biodiversidade perdida ou neutralizam a poluição emitida. No entanto, essas estratégias não fazem nada além de aprofundar o modelo extrativista atual, levando os consumidores a acreditar que a destruição está sendo “compensada” ou um projeto destrutivo é algo “sustentável”.

Diante dessa tendência a vender poluidores como empresas “verdes”, com slogans sobre sustentabilidade, os povos estão impondo uma forte resistência. É assim que a comarca indígena Ngäbe-Buglé foi uma fonte de inspiração quando, em 2010, conquistou uma lei que proíbe a mineração e as hidrelétricas em sua área. Além disso, em março de 2017, El Salvador aprovou uma legislação proibindo toda a mineração de metais no país, após fortes protestos (2). Como resultado de mais de 15 anos de resistência popular, a Costa Rica também conta com uma proibição nacional de mineração de metais a céu aberto (3). Em março passado, um município ao sul da Colômbia conseguiu proibir o que seria a maior mina de ouro a céu aberto do mundo, depois de a grande maioria da população afetada se mostrar contrária e resistir à sua implementação (4).

Nesta ocasião, conversamos com Rogelio Montezuma, chefe do Comitê de Defesa da Comarca Ngäbe-Buglé e ator fundamental na resistência contra a mina de cobre Cerro Colorado e usinas hidrelétricas.

### **Entrevista com Rogelio Montezuma**

1. Quais eram os planos para mineração e hidrelétricas na comarca indígena?



Os planos eram ativar uma concessão de mineração no território Ngäbe-Buglé em 2010, reformando o código de mineração para possibilitar o investimento estrangeiro. Isso também teria permitido a concessão de água para a construção de uma hidrelétrica, o que a população rejeitou firmemente em 2011 e 2012. Como consequência, o governo de então, de Ricardo Martinelli, revogou a lei que reformaria o código de mineração e implementou outra para proibir a mineração, assim como as hidrelétricas, na comarca de Ngäbe-Bugle.

2. Por que foi e é tão importante proteger o Cerro Colorado contra intervenções extrativistas?

Proteger o Cerro Colorado é importante pela biodiversidade existente nele, da qual dependem as comunidades Ngäbe com cultura, tradições e costumes indígenas, bem como os rios, que adquiriram mais importância naquele lugar por nascerem lá e abastecerem a população indígena e não indígena. Além disso, geograficamente, o Cerro Colorado é considerado um corredor biológico mesoamericano e é o pulmão da comarca.

3. Como organizaram a resistência? Qual foi a estratégia?

A resistência conseguiu se manter pela consciência da população que habita a região. Para alcançar esse objetivo, fomos transmitindo informações às comunidades sobre os impactos negativos nos aspectos social, ambiental e cultural, projetando vídeos sobre as más experiências da exploração da indústria de mineração em outros povos indígenas.

4. Como foram enfrentadas a criminalização e a repressão que o governo desencadeou?

A população Ngäbe luta conscientemente por sua vida. Ela nunca desistiu da resistência, apesar do massacre e da brutal repressão por parte da polícia nacional, até que conseguiu estabelecer o acordo garantindo sua aspiração de ser um povo livre da mineração e das hidrelétricas.

5. Por que o acordo contra as mineradoras e as hidrelétricas na comarca não afetou a represa Barro Blanco?

O acordo que veio após a repressão se transformou na legislação que proíbe a mineração na região, bem como as barragens. Não se conseguiu cancelar a hidrelétrica de Barro Blanco porque ela está fora dos limites da área da comarca, embora afete as comunidades Ngäbe que vivem nas margens do rio onde a barragem foi construída.

6. Já é possível ver impactos da execução dessa barragem sobre as comunidades e as florestas? Quais?

O impacto real é a inundação que aconteceu nas comunidades que vivem nas margens do rio Tabasara, com o enchimento do reservatório. Mas isso ainda está por ser definido pela resistência, já que os afetados chegaram a um ponto de desespero em que não sabemos o que vai acontecer em um futuro não muito distante.

7. Como se poderia apoiar, de fora, a luta dos povos Ngäbe Buglé hoje em dia?



A participação e a consciência da população são essenciais diante de qualquer cenário decorrente de projetos semelhantes que eles tentem impor ao povo. Além disso, a defesa da legislação é essencial, agora e sempre.

- (1) <http://wrm.org.uy/oldsite/countries/Panama/article1.html>;  
<http://wrm.org.uy/oldsite/boletin/46/Panama.html>
- (2) <https://ramumine.wordpress.com/2017/03/31/el-salvador-prizing-water-over-gold-bans-all-metal-mining/>
- (3) <http://www.bdlaw.com/assets/htmldocuments/Costa%20Rica%20Proyecto-159481.pdf>
- (4) <https://ramumine.wordpress.com/2017/03/28/central-colombia-town-bans-worlds-largest-open-pit-goldmine/>
- (5) Ver: <http://www.radiotemblor.org/prohiben-la-mineria-a-cielo-abierto-en-areas-protegidas-de-panama/>



## **Produção e consumo de alimentos: a resistência contra a dominação**

Para começar discutir com profundidade a produção e também o consumo de alimentos, em especial num país como o Brasil, há uma série de constatações que precisam ser lembradas e mencionadas.

Primeiramente, temos que sempre lembrar que comer é uma questão da existência humana, não é uma questão menor. Quarenta dias sem comer podem ser fatais para qualquer pessoa. Não temos a capacidade das plantas de consumir minerais diretamente e se sustentar deles. Necessitamos de alimentos produzidos por plantas e animais (1), que a natureza por si não é capaz de produzir para os bilhões de seres humanos. Por isso, é necessário o cultivo de plantas e criação de animais para a produção de alimentos.

Em segundo lugar, vivemos o modo de produção capitalista, em que o Capital esta obcecado pela sua reprodução e acumulação. Ele transforma a tudo e todos em



mercadorias produzidas para vender e gerar lucro. Assim, quanto mais o modo de produção capitalista “se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais”, ou seja, a forma mercantil se universaliza (2). Nessa lógica de produção os alimentos também são convertidos em mercadorias. Em outras palavras, são “unidades que sintetizam valor de uso e valor de troca” (3), isto é, são produzidos para vender. No campo toda esta lógica é denominada de agronegócio, que no Brasil para além de ser uma sistemática de produção é uma associação direta entre capital financeiro, multinacionais de biotecnologia e química pesada, indústria metal mecânica e tradings articulados e patrocinados pelo Estado.

Neste contexto a produção e o abastecimento alimentar sofreram transformações a fim de atender aos interesses do Capital. A redução dos alimentos a meras mercadorias gerou e gera um conjunto de contradições e, conseqüentemente, problemas no campo e na cidade, com destaque para a fome e a subnutrição.

Em terceiro lugar, a maior parte dos alimentos (no caso do Brasil 70%) (4) são produzidos pela agricultura camponesa. Portanto, a comercialização da produção camponesa é uma necessidade e algo que é feito por todas as famílias camponesas. Há várias formas de comercialização como feiras, atravessadores, indústrias, exportadores, cerealistas, etc. Essas formas de comercialização dependem de um conjunto de fatores como, por exemplo, os produtos produzidos, a distância e o tamanho da cidade abastecida.

Por fim, atualmente a população enfrenta um conjunto de doenças (diabetes, hipertensão, gastrites, problemas cardiovasculares, obesidade, câncer) diretamente associadas à alimentação inadequada e contaminada. Isto é resultado de uma produção agrícola com o uso de agrotóxicos, mas também da produção industrial com a adição de conservantes químicos aos produtos. Outra grave ameaça é o fantasma da fome que volta a rondar milhões de lares brasileiros de baixa renda, seja pela queda da renda destas famílias seja pelo aumento do preço dos alimentos.

Partimos, portanto, destas quatro constatações: precisamos do alimento para viver, este é produzido e circulado (5) nos marcos do modo de produção capitalista, a maior parte dos alimentos são produzidos em sistemas não capitalistas de produção (6) e o modelo agroalimentar atual é um problema de saúde pública e de profunda injustiça social.

### **A dominação nos Alimentos**

Sob a lógica capitalista o primeiro espaço ocupado pelo capital foi o da intermediação entre os produtores de alimentos e os consumidores. Ao ocupar este espaço, ele busca alterar o padrão alimentar e o sistema de cultivo, permitindo a geração de uma maior taxa de lucro. Por exemplo, a soja corresponde a cerca de 60% da safra brasileira. No ano de 2016 a safra de feijão foi muito reduzida. Soja e feijão são plantas parecidas, elas são da mesma família e onde se produz uma é possível produzir a outra. Pergunta-se: por que então faltou feijão? A resposta é simples: feijão não é uma boa mercadoria, o tempo de estocagem é curto, e só tem uma finalidade: a alimentação humana. Apesar de várias receitas, o feijão, em sua grande maioria, é cozido in natura. Em compensação, da soja, se faz ração, óleo, gorduras, leite, sucos, chocolate, biscoitos, carnes, ou seja, uma infinidade de mercadorias.



Assim, as corporações capitalistas como atravessadoras da produção ganham muito ao comprar barato e vender caro, mas vão determinando o que e como se produz ao agricultor, e o que e como se consome o consumidor. Neste sentido, o mercado não é intermediador, mas determinante do modelo agroalimentar.

O problema disso, é que a centralidade está na geração de lucro, na acumulação de capital e não no ser humano. Numa ponta está o agricultor sempre em condições econômicas precárias e noutra ponta o consumidor pagando caro e consumindo um alimento envenenado. Pois o modelo agroalimentar imposto pelo agronegócio leva a um uso intensivo de produtos químicos na produção e principalmente na circulação, quando são adicionados conservantes, radiação, banhos de fungicida, dentre outras práticas, destinadas à aumentar a vida útil dos alimentos.

A consequência são os graves problemas de saúde pública colocados em escala global e a continuada redução da população do campo, que embora houve uma redução na intensidade, o processo continua, em grande medida não são famílias que migram, mas os jovens. Isso ocorre devido a interação das seguintes questões: i) a renda das famílias camponesas tem sido cada vez menor, pois há um aumento dos custos de produção sem correspondência nos preços de venda dos produtos, reduzindo assim a renda da família, sendo necessário que membros da família busquem renda externa; ii) faltam infraestruturas no campo que permitam condições adequadas, desde atendimento médico, escolas, espaços culturais e esportivos, dentre outros que desmotivam as pessoas a ficarem no campo; iii) o preconceito contra os camponeses e o trabalho manual fazendo com que sobretudo os jovens tenham vergonha de morar e trabalhar na roça; iv) a propaganda do espaço urbano como espaço de oportunidades; v) Relações de gênero e geração tradicionais que oprimem a juventude sobretudo as mulheres.

Em este processo de dominação nos alimentos há um processo de violência e perseguição contra a produção camponesa: vão da legislação sanitária, as restrições de crédito bancário para a produção de alimentos, combate as feiras livres e intensa propaganda divulgando o agronegócio e dizendo que é a única forma possível de produção de alimentos.

## **A Resistência**

É neste cenário que os movimentos camponeses no Brasil, em especial o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), convoca todas as famílias camponesas a intensificarem a produção de alimentos, tanto para seu próprio consumo, bem como para abastecer as cidades com alimentos saudáveis a preço justo. Como fazer isso?

Sobre a produção muito já fizemos, enquanto camponesas e camponeses. Por isso, temos acúmulo prático e teórico para avançar na massificação da produção agroecológica. O maior desafio colocado para nós é o tema da comercialização. Com a política de Estado do Programa de Aquisição de Alimentos (7) estávamos dando bons passos, mas com o desmonte dessa política pelo governo golpista, que tomou o poder em 2016 (8), temos que buscar outros caminhos. Para isso, não há receita, mas compartilharemos aqui brevemente alguns princípios, além de algumas experiências que estão sendo realizadas.



Primeiro é importante termos claro que é possível concretizar um cenário em que a totalidade das famílias camponesas praticam a agroecologia, em conjunto com uma política de abastecimento popular massiva. Isto em base de uma política de Estado clara e contundente, que tenha como centralidade a pessoa humana e não o capital, portanto, uma política anti-capitalista.

Em segundo lugar, temos que ter clareza da amplitude do significado do que estamos fazendo em termos de experiências de produção agroecológica e diversas formas de venda e distribuição direta ao consumidor. Com isso estamos provando pela prática que somos capazes de abastecer a humanidade de alimentos saudáveis. Estamos mostrando que nós camponeses somos parte do futuro e não resíduo do passado. E também estamos provando que produzir alimentos sem agrotóxicos é possível, e estamos rompendo com a alienação entre quem produz e quem consome.

Assim a comercialização na estratégia política do campesinato e do MPA neste momento histórico vai **MUITO ALÉM DE SIMPLEMENTE VENDER**, nosso processo de comercialização deve cumprir uma função de legitimação do campesinato, deve ser instrumento de agitação e propaganda junto aos camponeses, mas fundamentalmente junto à população urbana que precisa entender a problemática do campo e entrar na briga para defender as camponesas e camponeses. De certa forma, o estômago acaba sendo um caminho para chegar na população urbana e convocá-la para a luta anti-capitalista.

Portanto, produzir alimentos saudáveis, comercializar e consumir alimentos saudáveis devem ser entendidos por todos como um ato político de profunda contestação à ordem, é um enfrentamento direto à lógica agroalimentar promovida pelo capitalismo. E neste sentido a comercialização é a ponte que liga campo e cidade.

O que estamos fazendo e podemos fazer:

- **Nas cidades do interior**, nas pequenas cidades em que temos presença: incentivar as famílias a fazerem **feira livre**, debater com igrejas, escolas, sindicatos urbanos, organizações, associações, a importância dos alimentos saudáveis e da feira. Fazer das feiras espaços de formação política sobre os alimentos, luta e resistência camponesa; **Mercados populares** ou **mercearias camponesas** também são importantes mecanismos de comercialização e projeção do MPA e seus debates;
- **Nas cidades regionais**: potencializar as feiras já existentes e incentivar as famílias que tiverem condições à participar. Podemos organizar o transporte coletivo da produção, organizar estrutura de armazenamento e distribuição nestas cidades, abrir novos pontos de feira de alimentos saudáveis. Outras possibilidades são a venda de cestas de alimentos, a criação de redes de consumidores de alimentos saudáveis, a criação de mercados populares em parceria com organizações urbanas, abastecimento de restaurantes e cozinhas comunitárias. Estas cidades têm mais possibilidades de relação política, e temos condições de atingir um conjunto maior de pessoas. Assim nosso debate político poderá ganhar um eco maior, mas temos que fazer nossa parte, tanto na articulação e no estabelecimento de relação entre o MPA e outras organizações como na relação direta com o povo consumidor;
- **Nas capitais e grandes centros**: é onde hoje estão mais agudas as contradições do modelo agroalimentar. Por um lado, um centro rico obeso e doente e, por



outro lado, uma periferia convivendo com a restrição de alimentos tendo que fazer opções do que colocar na mesa. Nestes grandes centros, tem-se muitas organizações, portanto pequenas ações de comercialização poderão gerar um impacto político de grande efeito. Todas as possibilidades de comercialização colocadas no ponto anterior são viáveis também nestes centros, mas exigem maior nível de organização, para que os alimentos cheguem a bom preço com boa qualidade dando resultados ao MPA e as famílias, ao mesmo tempo fazendo a agitação e propaganda entorno dos alimentos.

Pouco falamos aqui acerca das políticas públicas de comercialização. Temos que lutar por elas, inclusive para que elas estejam subordinadas à lógica acima colocada. Isto é, elas devem servir para a luta política contra o modelo agroalimentar. Na prática temos que convocar a população dos bairros populares a fazer a luta junto conosco pela retomada da política pública de compra direta dos alimentos Programa de Aquisição de Alimentos, inviabilizado pelo atual governo. A partir do debate sobre e luta pelos alimentos, deve se fazer todo o debate da saúde, do campesinato, da luta contra o sistema capitalista.

Assim é fundamental que fique claríssimo que a comercialização é um meio de fazer a política não no sentido eleitoral, mas no sentido de debater as questões gerais, os rumos do país, de tomar consciência da realidade que vivemos e da necessidade de promover transformações, portanto é a política que precisamos fazer nestes tempos de golpe no Brasil, de resistência à retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Portanto, no planejamento nosso temos que sempre ter isso em mente, do contrário iremos fazer boas experiências econômicas que não darão impacto político e por isso as experiências serão de curto prazo, não terão folego para se sustentar.

A caminhada tem demonstrado que nossas experiências seguem quando se tem sustentação organizativa, pois o agronegócio, com total apoio do Estado, rapidamente atua para desmontar nossas experiências. Aqui no Brasil temos dois casos emblemáticos. O primeiro ocorreu em São Gabriel da Palha-ES, no Mercado Popular de Alimentos: com poucos meses de funcionamento o Ministério da Agricultura fez uma operação apreendendo produtos, autuando a associação, fazendo ameaças. Na sequência foram realizadas audiências públicas, mobilizações, abaixo assinado feito pelos consumidores dentre outras ações que levaram o Ministério a recuar e até então não houve novas ações. O Segundo caso ocorreu em Alta Floresta do Oeste-RO: um agricultor aprendeu a fazer sal mineral alternativo, o seu gado foi apreendido, o agricultor foi ameaçado, diziam que iriam sacrificar o rebanho inteiro do agricultor. Com a mobilização local e nacional do MPA impediu-se as ações e foi exigido análise do sal mineral feito pelo agricultor, nesta análise não foi constatado nenhum tipo de problema, a não ser o fato de que foi feito pelo agricultor e não comprado de empresas do agronegócio. Esses dois casos mostram que a construção de caminhos alternativos não é simples, e que o agronegócio reage, criminaliza e combate todas as nossas experiências.

Portanto, para resistir é necessário organização de agricultores e consumidores, e a relação direta entre estes, pois para chegar alimento saudável na mesa das famílias é necessário enfrentar o poder do agronegócio.

*Março de 2017*



*Raul Ristow Krauser,  
Agricultor, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, Economista,  
Especialista em Gestão Pública, mestrando em Política Social*

- (1) Sobre a questão dos animais e a alimentação humana há um extenso debate, que não entraremos nesta discussão aqui, mas apenas considerar que sistemas agrícolas sustentáveis necessitam da integração animal e vegetal – basta ver a dependência das plantas dos polinizadores, portanto, ainda que de forma indireta a produção de alimentos depende dos animais, além disso há profunda diferença no sistema de criação de animais industrial a base de milho e soja nos confinamentos e criações em sistemas camponeses.
- (2) NETTO, José Paulo, e Marcelo BRAZ, 2010. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, p. 85.
- (3) Idem, p. 80
- (4) O Estado Da Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil: Um retrato multidimensional. RELATÓRIO 2014. Página 8 e 55.
- (5) Entendendo aqui por circulação todo o processo pós produção, que envolve do processamento mínimo à industrialização, bem como armazenamento e distribuição.
- (6) São produzidos em regime familiar ou comunitário, em que não há exploração da mão de obra de terceiros, não há extração de mais valia no processo produtivo, porém ao circular estes alimentos o capital se apropria transformando-os em mercadorias destinadas à geração de lucro.
- (7) Programa que comprava alimentos dos camponeses e repassava a pessoas em situação de insegurança alimentar, este programa foi criado no marco do programa FOME ZERO, pelo Governo Lula.
- (8) Em referência ao processo de impeachment contra a presidenta eleita Dilma Rouseff em 2016, que resultou em que o vice dela assumia a Presidência do Brasil.



## **A mulher e o dendê tradicional: uma luta pela vida**

*Marie Crescence Ngobo coordena, em Camarões, a Rede de Atores para o Desenvolvimento Sustentável (RADD). A RADD trabalha com mulheres sobre temas econômicos e sociais, organizando atividades que as ajudem a recuperar a identidade e a autonomia, a fim de melhorar as condições de vida de suas famílias.*



**Marie Crescence, em 2016, você organizou quatro oficinas sobre o dendê tradicional. Como foi essa experiência e o que você pode constatar durante esses encontros com as mulheres?**

As oficinas consistiram em conduzir as mulheres ao mais recôndito de suas culturas e tradições, para extrair de lá todos os valores associados ao dendê tradicional. O objetivo foi resgatar as receitas de usos nutricionais, medicinais e artesanais do dendê tradicional e fazer com elas um livreto que será distribuído às mulheres, para valorizar esses usos e preservar o dendê tradicional.

As oficinas foram organizadas no âmbito de uma caravana de mulheres que participaram da atividade de Mundemba. (1) Em todos os lugares em que a caravana chegou, nós transmitimos às mulheres as nossas mensagens sobre o uso sustentável e a preservação das melhores formas de empregar o dendê tradicional. Essas quatro oficinas nos permitiram fazer quatro grandes observações fundamentais.

A primeira observação é que o dendê tradicional está realmente em risco de desaparecer. Esse dendê está ameaçado pela expansão do produto industrial porque, em termos de produtividade, o segundo tem mais valor econômico e se expande cada vez mais, aniquilando o primeiro, também ameaçado pelas próprias populações, que começaram a praticar um método de exploração destrutivo a suas maneiras de usá-lo. Elas chegam a arrancar dendezeiros tradicionais ou cortá-los pelo tronco para extrair um vinho que não só se bebe diretamente, mas também é usado para preparar uma aguardente que a população local consome em abundância. É por isso que as variedades tradicionais de dendê se tornam cada vez mais escassas. O resultado é que já não é fácil para as mulheres recolher frutos ou sementes para processar e alimentar ou tratar a família.

A segunda observação é que o dendê tradicional é extremamente importante porque as mulheres costumavam ir atrás de suas casas, coletar os frutos e, algumas horas mais tarde, já podiam preparar o alimento para sua família. Hoje já não é possível fazer isso. Dada a escassez do dendê tradicional e seus derivados (frutos, sementes, raízes, etc.), elas são obrigadas a ir ao mercado para comprá-los, mas infelizmente, nem sempre têm dinheiro para isso, e a fome se instala na casa. O óleo tradicional também é importante porque o óleo “selecionado” ou industrial não dá os mesmos resultados em termos de sabor. As comunidades com as quais nos reunimos só querem o óleo de dendê tradicional para certas receitas tradicionais. Em muitas famílias de Camarões, quando vai ao mercado, a mulher precisa comprar os frutos “da aldeia” para conseguir os melhores pratos. Com frutos industriais, também chamados de “socapalm” – nome da empresa que produz este óleo -, seus pratos inevitavelmente perdem o bom sabor e, portanto, nós perdemos a soberania na arte culinária.

Em relação ao aspecto medicinal, todas as receitas fabricadas com dendê devem ser feitas com o óleo tradicional para dar bons resultados. E sabemos que essa farmacopeia tradicional é o primeiro meio de ajuda para as populações, porque muitas vezes os hospitais estão distantes ou não há médicos. Mas elas sabem que, se tiverem seu dendê tradicional, podem usar raízes, frutos e sementes para administrar primeiros socorros ou curar completamente.



A terceira observação é que é extremamente importante pensar em valorizar o dendê tradicional porque, apesar de seu reconhecido valor nutricional, medicinal e artesanal, o produto industrial o supera do ponto de vista econômico. É por isso que pensamos cada vez mais, em nível nacional, em abrir um centro especializado onde se comercializem apenas produtos derivados do dendê tradicional para atender à demanda potencial. As mulheres dos centros urbanos precisam do óleo de dendê tradicional, que elas chamam de azeite da aldeia, e precisam dos frutos da aldeia e do óleo de palmiste preto. Temos de encontrar a forma de facilitar o acesso delas a esses derivados do dendê tradicional.

E a quarta observação que fizemos é que as mulheres com quem nos reunimos têm muita vontade de perpetuar essa espécie e de fazer o que for preciso para não perder completamente o dendê tradicional. Elas inclusive começaram a instalar pequenos viveiros de mudas para poder repovoar suas terras. Além disso, ao trabalhar a terra, se as mulheres encontram brotos de dendê tradicional, em vez de destruí-los como costumavam, elas os preservam e protegem para que cresçam.

Essas são as observações resultantes das atividades realizadas. Agradecemos a todas as mulheres que se mostraram dispostas e abertas, e tornaram sua a iniciativa. Estamos convencidas de que o livreto de receitas irá perpetuar todas as riquezas culturais derivadas de dendê tradicional para as gerações presentes e futuras. Com esta compilação, podemos incentivar, inclusive os homens, a gerir de forma sustentável esse tipo tradicional de dendê. Através dessa ferramenta, pretendemos atingir também os jovens, que devem continuar trabalhando para fazer o manejo sustentável de dendê tradicional.

**Vemos que atualmente, na África, estão se multiplicando as grandes plantações industriais de milhares de hectares, e que as comunidades perdem as terras e as florestas onde estão localizados os dendezeiros tradicionais. Como isso afeta às mulheres?**

A expansão do consumo do óleo de dendê industrial já criou uma dependência alimentar em relação a esses produtos, dos quais ignoramos origem e processo de produção. É sempre mais tranquilizador consumir um produto cuja origem é conhecida. Isso acontecia com o óleo tradicional, que é um produto mais natural, mesmo à primeira vista. O óleo industrial faz com que os pratos locais percam seu sabor autêntico e faz com que os valores culinários locais se deteriorem e sejam ameaçados e, com eles, nossa soberania alimentar.

Agora, para as mulheres que vivem em comunidades vizinhas às grandes plantações industriais de dendê, a situação é catastrófica. Elas entram em um sistema de pobreza do qual não se sai e se tornam totalmente dependentes, porque os alimentos que elas costumavam produzir em suas terras já não existem. Elas são obrigadas a comprar tudo. Sem recursos substanciais, devem cuidar da educação dos filhos, das doenças, da fome e da moradia da família. Elas vivem em condições precárias, geração após geração.

Quando a floresta é destruída para plantar dendê industrial, também se destrói a biodiversidade. Os produtos florestais não madeireiros que as mulheres costumavam coletar, comer e vender para conseguir dinheiro são destruídos e isso as afunda na precariedade. Com a destruição da floresta, destroem-se as próprias raízes da vida das mulheres, e com elas, as raízes da família e da sociedade.



Todas essas desestabilizações também acarretam conflitos dentro da família e entre famílias. A família é forçada a se dispersar e se fragmentar porque as bases de sua vida foram destruídas, as crianças vivem na incerteza, as meninas estão expostas à promiscuidade, os meninos embarcam em aventuras e correm risco de desaparecer no mar em busca de algum Eldorado. Torna-se impossível recuperar o calor do lar – a família, que é a célula essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

Quando essa expansão se instala, a vida das mulheres se torna vulnerável. É praticamente impossível para elas viver e fazer com que suas famílias vivam. Algumas são chamadas a trabalhar em fazendas e devem sair de casa muito cedo da manhã e voltar à noite em troca de um salário miserável. Em que momento podem cuidar da família?

Para evitar essas consequências, devemos conseguir que as mulheres se conscientizem de que devem defender firmemente seus espaços de vida e todos os lugares onde podem desenvolver suas atividades (terras em pousio, nascentes, rios, mercados, etc.) para que tudo isso esteja protegido quando se instalarem as grandes plantações industriais.

**Você poderia comentar algo mais sobre a importância de conservar o uso e o consumo dos produtos básicos do dendê tradicional para as mulheres e os povos dos países da África Ocidental e Central? Quais são as vantagens e a importância do dendê tradicional e o que deve ser feito para preservá-lo?**

No que diz respeito à conservação do dendê tradicional, é preciso valorizar mais os produtos derivados dessa espécie, que são de primeira qualidade; devem-se melhorar os métodos de processamento e conservação, colocá-los em embalagens bonitas e vendê-los sob uma marca que lhes dê mais valor. Os próprios consumidores desejam isso, será um meio viável e sustentável, que vai incentivar as mulheres a se ocupar a fundo, desde o início, dos processos de preservação ou manejo sustentável do dendê tradicional.

Também terá de estimular iniciativas associadas à preservação, além de continuar sensibilizando as mulheres e também aos homens. Durante as visitas de campo, elas nos disseram: “Nós precisamos da senhora, venha às nossas aldeias para dizer aos homens o que está nos dizendo, porque quando nós falamos, eles não dão ouvidos e continuam cortando [os dendezeiros], e se a senhora vier, eles vão entender o que a senhora diz, como nós entendemos um tempo atrás”. Assim, é muito importante a conscientização no próprio local, e é isso que as mulheres esperam.

Além de melhorar as técnicas de processamento, preservação e embalagem dos derivados de dendê tradicional, é necessário introduzir tecnologia moderna para a obtenção do óleo. Eu acho que esses dois aspectos seriam necessários para promover o manejo sustentável do dendê tradicional.

Eu gostaria de aproveitar este espaço para fazer um forte chamado a todas as mulheres das comunidades e lhes dizer que elas não estão sós. Juntas, podemos eliminar ou atenuar as consequências que elas sofrem hoje. Seja em Camarões, no Gabão, na República Democrática do Congo ou na República do Congo, na Costa do Marfim, na Nigéria ou em Serra Leoa, podemos pressionar essas empresas que destroem as vidas das mulheres nas comunidades. Segundo os direitos humanos, elas têm direito de viver,



e de viver bem. É inaceitável que elas se tornem escravas em suas aldeias. Se não puderem viver plenamente nelas, será difícil que possam ter uma vida melhor em outro lugar. A uma agricultora de quem se tirou a terra não sobra nada, exceto, talvez, a morte, mas nós estamos aqui para produzir vida, e nos comprometemos a trabalhar para que essa vida lhe seja restituída.

É necessária uma forte solidariedade para continuar apoiando e acompanhando essas mulheres que lutam para defender os seus espaços de vida. Portanto, conclamo as mulheres da África e do mundo a se mobilizar como nós sabemos fazer, tanto em atos políticos quanto em igrejas, para defender os interesses das mulheres e das famílias destruídas pela concentração de terras. Ao lutar por uma boa causa, não devemos nos cansar jamais. Nada deve nos deter. Mobilizemo-nos em grandes quantidades para expressar a nossa solidariedade e apoiar todas as iniciativas destinadas a restabelecer a dignidade das mulheres que vivem perto de fazendas industriais.

Sim, devemos!

Sim podemos!

Sim, venceremos!

(1) Os quatro encontros sobre dendê tradicional com mulheres de comunidades foram uma das recomendações resultantes de um encontro anterior com mulheres de vários países africanos e de outros lugares, sobre a expansão do dendê industrial na África e as repercussões dessa expansão na vida das mulheres. O encontro foi organizado em 2016 pela RADD, com a colaboração e o apoio de GRAIN, SEFE, CED e WRM, em Mundemba, Camarões (ver [aqui](#), a declaração de Mundemba).

## ALERTAS DE AÇÃO

### Salvemos a península Ampasindava, em Madagascar!



Um projeto de mineração ameaça destruir para sempre a península Ampasindava, uma área com cerca de 33 mil habitantes em comunidades que vivem principalmente da pesca e da agricultura. A empresa Tantalum Rare Earth Madagascar (TREM) obteve do governo de Madagascar uma concessão de 300 km<sup>2</sup> para extrair minerais de terras raras – os mais poluentes do mundo. Apoie o abaixo-assinado para acabar com essa mina! (em francês)

<https://www.change.org/p/projet-tantalus-sauvez-l-archipel-de-nosy-be-et-la-p%C3%A9ninsule-d-ampasindava>

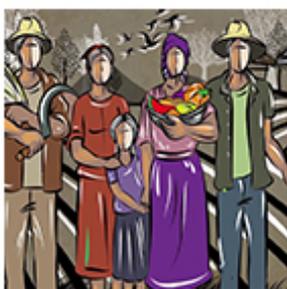
### Detenham o modelo de mineração extrativista no Panamá!



As muitas comunidades afetadas pela mineração no Panamá, organizações ambientalistas, defensores dos direitos humanos, movimentos sociais e cidadãos do país rejeitam terminantemente essa indústria de exploração e morte. Os testemunhos das famílias afetadas, bem como os danos ambientais provocados pela mineração no Panamá, são motivos suficientes para deter as transnacionais do capital mineiro no país. Apoie essa rejeição no abaixo-assinado a seguir (em espanhol):

<https://www.change.org/p/presidente-de-panamá-juan-carlos-varela-petición-de-cancelación-al-modelo-extractivo-minero-en-panamá>

## O direito de resistir à concentração de terras!



Millones de comunidades tradicionais, campesinas e Milhões de comunidades tradicionais, camponesas e indígenas em todo o mundo têm acesso limitado a suas terras e florestas porque a terra está sendo monopolizada e controlada por proprietários e grandes corporações. “The Right to Resist Land Grabs” (O direito de resistir à concentração de terras) é um curta-metragem que conta a história dessa concentração e da repressão enfrentada pelas comunidades, bem como da resistência popular. Veja o filme, em inglês:

<https://www.youtube.com/watch?v=fNG9ZcmUw0o&feature=youtu.be>. Veja mais sobre a campanha “No Land No Life” (Sem terra não há vida), em inglês: <https://panap.net/campaigns/no-land-no-life/>

## Filipinas proíbem novas minas de metal a céu aberto



Em função das poderosas evidências sobre os imensos danos causados às comunidades e aos suprimentos de água nas Filipinas, juntamente com as descobertas de intensas violações à legislação ambiental, o governo do país proibiu novas minas de cobre, níquel e prata a céu aberto. A atual ministra de Meio Ambiente e Recursos Naturais anulou ou suspendeu 26 licenças de mineração e cancelou 75 acordos entre o governo e mineradoras que se propunham a construir em bacias hidrográficas. Ao anunciar a proibição, ela disse: “A água é

vida”. Mais informações aqui: <https://ramumine.wordpress.com/2017/05/01/philippines-bans-new-open-pit-metal-mines/>

## O projeto da Rio Tinto para a compensação da biodiversidade em Madagascar impõe severas restrições às comunidades locais



A QMM, filial da mineradora britânico-australiana Rio Tinto em Madagascar, está extraindo ilmenita em Fort Dauphin para exportá-la ao Canadá. Para compensar a destruição causada por essa atividade, a QMM instalou um projeto de compensação de biodiversidade em outra floresta, 50 km ao norte do local de extração. As restrições florestais impostas às comunidades locais que vivem na área de compensação da biodiversidade estão causando graves problemas de direitos humanos, saúde e insegurança alimentar. Assista ao vídeo

“Your Mine” (Seu, Meu), produzido pela ONG Re:Common, em [https://www.youtube.com/watch?v=\\_x-ZB2xyCfQ&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=_x-ZB2xyCfQ&feature=youtu.be). Athanase Monja, um agricultor afetado pelas atividades da Rio Tinto em Madagascar, planejou falar na Assembleia Geral Anual da empresa em 12 de abril, mas o Ministério do Interior lhe negou o visto. Veja mais informações aqui, em inglês: <https://www.theguardian.com/global-development/2017/apr/07/madagascar-farmer-mining-firm-rio-tinto-agm-ousted-from-land-athanase-monja>

## Noruega: eliminemos as plantações de eucalipto!



O Comitê Norueguês de Solidariedade à América Latina, que promove debates sobre os princípios éticos por trás dos investimentos noruegueses, convidou, junto com uma rede de organizações norueguesas, pessoas de Guatemala, Honduras, Brasil e os lapões suecos a apresentar suas histórias, pesquisas e reflexões a um tribunal popular, em março de 2017. Um dos casos apresentados no tribunal foi a situação do extremo sul da Bahia, no Brasil, onde operam três das maiores produtoras de celulose do mundo (Suzano, Veracel e Fibria). O Fundo

Nacional do Petróleo da Noruega investe mais de 3,5 bilhões de coroas norueguesas nessas empresas de plantação de eucalipto, apesar dos impactos bem documentados das monoculturas sobre florestas, biodiversidade, nascentes, e da destruição de territórios e meios de subsistência locais. O tribunal popular participa de uma campanha para exigir que o Fundo do Petróleo da Noruega retire esses investimentos e, mais importante ainda, implemente um controle estrito e transparente dos investimentos feitos pelo país (em inglês, espanhol e português):

<http://www.latin-amerikagruppene.no/portugues/>. O relatório do tribunal será publicado em português em breve, e um vídeo da campanha poderá ser visto aqui (com legendas em inglês e espanhol):

<https://www.youtube.com/watch?v=QuUksdFDmHU>

---

## RECOMENDADOS



## Implicações socioambientais da construção do espaço turístico

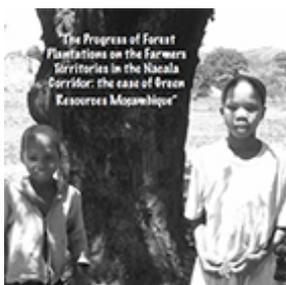


Este artigo, escrito para a rede de pesquisa e comunicação Alba Sud, apresenta uma visão crítica dos territórios hegemonzados pelas dinâmicas do capital turístico, com foco especial na América Central e no Caribe. A penetração dos capitais turísticos e imobiliários, acompanhados por certas leis e políticas públicas, provoca uma metamorfose radical na lógica da articulação territorial. A natureza, transformada em mercadoria, torna-se fundamental para aumentar lucros, e as populações são expulsas de seus territórios, conhecimentos e

culturas. Leia o artigo, em espanhol, em:

<http://www.albasud.org/noticia/942/implicaciones-socio-ambientales-de-la-construccion-del-espacio-turistico#sthash.IST9x8Jc.dpuf>

## O Avanço das Plantações Florestais sobre os Territórios dos Camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resources Moçambique

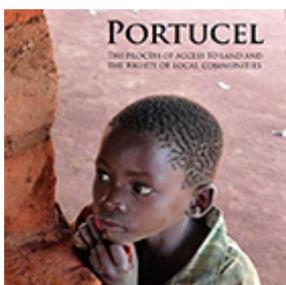


A publicação apresenta um panorama detalhado e evidências sobre os impactos das plantações de pinheiro e eucalipto em comunidades em três províncias em Moçambique, com um foco sobre uma das principais empresas ativas em Moçambique e na região Sul e Leste da África: a empresa Norueguesa Green Resources. Só em Moçambique, nos últimos, esta empresa usurpou cerca de 265,000 hectares de terras, apropriando-se de terras das quais comunidades dependem para sua sobrevivência. O relatório, disponível em

Português e Inglês, foi lançado em 2016 pelas organizações moçambicanas Livaningo, UNAC (União Nacional dos Camponeses) e Justiça Ambiental/Amigos da Terra Moçambique, e escrito por Lexterra.

<http://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/o-avanco-das-plantacoes-florestais-sobre-os-territorios-dos-camponeses-no-corredor-de-nacala-o-caso-da-green-resources-mocambique/>

## Portucel: O Processo de acesso a terra e os direitos das comunidades locais



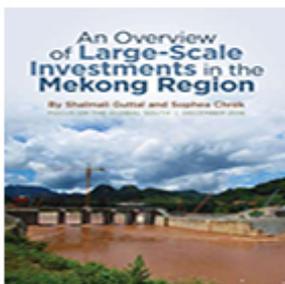
Portucel Moçambique é uma empresa portuguesa que, entre as empresas de plantações, detém a maior concessão de terras – 356.000 hectares. Seu projeto prevê a construção de uma fábrica de celulose para exportação para o mercado Asiático. O relatório, disponível em Português e Inglês, é baseado numa investigação de campo durante cerca de 4 anos que monitorou a nível das comunidades a perda de terras e meios de



sobrevivência das mesmas a este projeto de plantações em grande escala. Publicado por Justiça Ambiental/Amigos da Terra Moçambique em 2016, em parceria com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM).

<http://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/portucel-o-processo-de-acesso-a-terra-e-os-direitos-das-comunidades-locais/>

## Um panorama dos investimentos de grande porte na região do Mekong



Em toda a região do Mekong, o modelo de “desenvolvimento” promovido pelos governos prioriza a liberalização do comércio e do investimento, e a privatização. Busca-se o investimento privado em praticamente todos os setores da economia. Esta publicação apresenta um panorama dessas tendências de investimento na região, as mudanças regulatórias e políticas destinadas a facilitar o investimento estrangeiro e doméstico de grande porte, e os impactos desse investimento sobre as condições de vida e de trabalho nas

Zonas Econômicas Especiais. Ela oferece uma perspectiva crítica sobre a forma como esses investimentos privilegiam os grandes investidores em detrimento das populações locais e do interesse público. O documento, em inglês, pode ser baixado [aqui](#).

[https://focusweb.org/sites/www.focusweb.org/files/LandStrugglesIII\\_HIRES.pdf](https://focusweb.org/sites/www.focusweb.org/files/LandStrugglesIII_HIRES.pdf)

**O boletim do WRM busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.**

### Assine o Boletim do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

### Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

### Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://www.wrm.org.uy>